Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira 12.6.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 664 / € 1,50 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

Futebol e atletismo
Ronaldo bisa no teste para o Euro e Pichardo salta 18,04 metros mas não chega ao ouro

PÁGS. 22-23

Parlamento
Direita junta-se toda para aprovar sessão solene do 25 de Novembro

PÁG. 6

Habitação
Governo quer contratar com municípios 13 mil fogos nos próximos dias

PÁG. 16

Televisão
Sete crimes para sete boas séries

PÁGS. 24-25

PROVEDORIA DE JUSTIÇA PARTICIPOU AO MP OITO CASOS DE AGRESSÕES A RECLUSOS EM 2023

TORTURA Nas visitas efetuadas em 2023 a 16 prisões, o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura/Provedoria de Justiça encontrou evidências de agressões a reclusos e comunicou-as ao Ministério Público. Seis das denúncias foram "suportadas por imagens de videovigilância". Serviços Prisionais "não comentam relatórios de outros organismos".

PÁGS. 4-5

EPA/YOAN VALAT

FRANÇA
MACRON FIRME NO ELISEU, ENQUANTO DIREITA ENTRA EM CRISE DEVIDO A ALIANÇA COM LE PEN

PÁG. 18

EUROPA
323 toneladas de cocaína. Apreensões batem recorde na Europa pelo sexto ano consecutivo

PÁGS. 10-11

SAÚDE
Dentro da fábrica que fornece metade das seringas de África

PÁGS. 12-13

Editorial

Bruno Contreiras Mateus
Diretor interino do Diário de Notícias

Habitação vai continuar a preços insuportáveis

Não foi o atual ministro da Habitação, Miguel Pinto Luz, a lançar a primeira pedra, foi herança do PS, mas é o governo da Aliança Democrática (AD) que anunciou ontem que já estamos no caminho para "resolver a crise habitacional no país" – "resolver a crise" é expressão usada pelo próprio Executivo, não é "mitigar", é "resolver", que é o que os portugueses mais desejam. Com seriedade.

Não estão ainda a entregar chaves. Por estes dias, conclui-se, no entanto, um passo importante, como prevê o programa Construir Portugal, pela "adoção do termo de responsabilidade pelas câmaras municipais para o desbloqueio de 26 mil casas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)". Já o anterior governo tinha desbloqueado metade destas habitações para entregar às famílias mais vulneráveis, em todo o país, até junho de 2026, num investimento total de 1,8 mil milhões de euros no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Construir deveria ser a palavra de ordem na habitação. Mas não foi isso que aconteceu em Portugal. Se olharmos para 2001, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), foram construídos 115.609 novos fogos. Dez anos depois a queda era superior a 330%, com apenas 26.735 casas construídas, e em 2021 afundou ainda mais, para 19.616, quando precisamos de pelo menos o dobro da construção.

O PRR vai ajudar a inverter esta tendência, mas está à vista que será insuficiente. E a consequência é que a habitação continuará a preços insuportáveis.

No final do mês de maio deste ano comprar casa em Portugal tinha um valor médio de 2654 euros por metro quadrado, segundo o índice de preços do portal Idealista. Significa que um T1, com 40 m² de área, custava perto de 105 mil euros. Isto fora de Lisboa, claro, porque na capital a mesma casa já custaria 224.760 euros (5619 euros/m²), e no Porto 142 mil euros (3560 euros/m²). Em relação à variação anual, os preços das casas subiram 6,9%, em média.

E no arrendamento o problema não é menos crítico no país onde o salário mínimo é de 820 euros mensais e o salário médio bruto está nos 1443 euros. As rendas das casas estabilizaram em maio pelo terceiro mês consecutivo, mas façamos as contas e veremos quem pode pagar. Um T1 com 40 m² custa 644 euros, em média, no país (16,1 euros/m², segundo o índice de preços do Idealista), em Lisboa sobe para os 860 euros (21,5 euros/m²) e no Porto 696 euros (17,4 euros/m²).

> **Qualquer português que procura casa para comprar ou arrendar conhece de cor estas contas. Com a subida do custo de vida, não falamos só dos mais vulneráveis, pois a classe média já está profundamente afetada no acesso à habitação a preços comportáveis. Como é que se vai "resolver a crise"?**

Uma família, na capital, com uma casa de 80 m² já terá de pagar 1720 euros mensais de renda. Não é de surpreender por isso que 25% das casas em Portugal, até 750 euros, são arrendadas em menos de 24 horas, segundo a mesma fonte. Os chamados "arrendamentos expresso" correspondem a 31% dos contratos em Lisboa para valores entre os 750 e os mil euros. O que só mostra a voracidade com que o mercado absorve as oportunidades dos preços baixos.

Qualquer português que procura casa para comprar ou arrendar conhece de cor estas contas. Com a subida do custo de vida – alimentação, comunicações, vestuário –, não falamos só dos mais vulneráveis, pois a classe média já está profundamente afetada no acesso à habitação a preços comportáveis. Como é que se vai "resolver a crise"?

OS NÚMEROS DO DIA

1,5

MIL MILHÕES DE EUROS
A verba que a União Europeia vai pela primeira vez mobilizar, em julho, para ajuda à Ucrânia, com fundos obtidos a partir dos lucros com bens russos congelados, disponibilizando ainda 1,9 mil milhões em apoio financeiro europeu a Kiev.

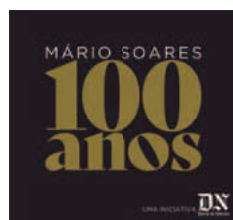
22,8

MILHÕES
O número de pessoas na Europa que no último ano consumiu canábis, de acordo com o *Relatório Europeu sobre Drogas 2024 – Tendências e Desenvolvimentos*. A cocaína, a segunda droga mais consumida, foi usada no último ano por quatro milhões de europeus.

1000

PARTICIPANTES
O número de pessoas, entre especialistas, académicos e dirigentes, esperadas em Lisboa em julho para um dos principais encontros sobre migrações, subordinado ao tema "Imigração como uma Construção Social".

20

MIL
O número aproximado de crianças ainda sem vaga no pré-escolar para setembro, revelou ontem o governo, que já criou um grupo de trabalho para desenhar um plano de ação no sentido de evitar que "milhares de crianças e famílias fiquem sem resposta", acusando o anterior Executivo pela situação.

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

PRISÕES

Provedoria de Justiça participou ao MP oito casos de agressões a reclusos em 2023

TORTURA. Nas visitas efetuadas em 2023 a 16 prisões, o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura/Provedoria de Justiça encontrou evidências de agressões a reclusos e comunicou-as ao Ministério Público. Seis das denúncias foram "suportadas por imagens de videovigilância". Serviços Prisionais "não comentam relatórios de outros organismos".

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

Pela primeira vez desde o início do seu funcionamento, em 2014, o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura (MNP), que funciona na Provedoria de Justiça e efetua visitas-surpresa a locais de detenção com o objetivo de prevenir situações de tortura, maus-tratos ou outros abusos, efetuou participação direta ao Ministério Público (MP) de indícios de agressões de guardas prisionais a reclusos.

São, de acordo com o comunicado pelo Gabinete de Imprensa do MNP/Provedoria ao DN, "oito casos de agressão por guarda prisional a recluso, dos quais seis eram suportados por imagens de videovigilância e dois por elementos documentais e testemunhais".

Segundo a mesma fonte, "estes factos, com potencial relevância penal, foram transmitidos pelo MNP à Procuradoria-Geral da República [PGR] através da identificação do estabelecimento prisional em causa, da data dos factos [...]" e, quando possível, da identificação de vítimas e perpetradores.

As evidências das agressões foram recolhidas pela equipa do MNP/Provedoria nas visitas realizadas durante o ano passado a 16 prisões. De acordo com os sumários dessas visitas, publicados no *site* da Provedoria a 21 de maio, as imagens de videovigilância referidas dizem respeito aos Estabelecimentos Prisionais (EP) de Lisboa, Linhó e Vale de Judeus – respetivamente dirigidos por Maria Isabel Vicente Flores, Ana Paula Campos Gouveia Pardal e José Ribeiro Pereira.

Nos telegráficos relatórios de tais visitas – pela primeira vez tornados públicos, já que anteriormente eram apenas enviados para "a autoridade responsável pelo local de privação de liberdade"–, o MNP afirma também ter encontrado "indícios fortes de agressões a reclusos por guardas prisionais em salas sem cobertura de videovigilância" na penitenciária de Custóias/Porto, assim como "relatos verosímeis de agressões repetidas em locais sem videovigilância" no Linhó, e, no EPL, "fortes indícios de agressões a reclusos, especialmente no período de entrada no estabelecimento prisional".

No EP de Monsanto, a equipa do MNP encontrou imagens de videovigilância relativas a um caso de agressão cujo auto de visionamento omitira factos relevantes, resultando numa "instrução ineficiente" e na não abertura de um inquérito.

Dos sumários parece poder deduzir-se que as evidências de agressões que o MNP comunicou às autoridades criminais não haviam sido investigadas convenientemente (ou de todo) nos EP nem objeto de denúncia prévia ao MP. Aliás, é referido que vários funcionários prisionais alegaram desconhecer "o dever de denúncia ao MP quanto a factos passíveis de configurar maus-tratos ou tratamento degradante a recluso" – alegação que o MNP já havia anotado no seu relatório anual de 2022.

A título de exemplo, na sua visita em 2023 ao EP de Sintra, dirigido por João Manuel do Couto Guimas, o MNP constatou "omissão do dever de denúncia ao MP em dois casos de ofensa à integridade física de recluso"; "omissão de responsabilização disciplinar e de denúncia ao MP perante um caso de comprovada falsificação de participação de uso de meios coercivos, realizada com o objetivo de legitimar agressão a recluso" (falsificação de documento é crime, e no caso poderá estar também em causa o crime de denegação de justiça/prevaricação); "omissão de auto de visionamento de imagens de videovigilância em alguns processos de uso de meios coercivos" (o que também é referido no sumário da visita ao EP de Coimbra); "omissão de audição de testemunhas indicadas por reclusos em inquéritos de uso de meios coercivos", e "várias falhas nos meios jurídicos de averiguação de maus-tratos".

> Provedoria afirma que vários funcionários prisionais alegaram desconhecer "o dever de denúncia ao Ministério Público quanto a factos passíveis de configurar maus-tratos ou tratamento degradante a recluso".

As participações de crimes ao MP, esclareceu o MNP ao DN, foram comunicadas à DGRSP, "de forma a que o respetivo Serviço de Auditoria e Inspeção (SAI) promovesse, paralelamente, a averiguação da responsabilidade disciplinar dos funcionários". O MNP adianta ainda ter conhecimento de que, até à presente data [6 de junho], "seis dos casos comunicados ao MP foram já objeto de inquérito ou processo disciplinar contra os guardas prisionais envolvidos".

"A DGRSP não comenta relatórios de outros organismos"

Questionado sobre se recebeu algum comentário ou esclarecimento dos Serviços Prisionais em relação às situações detetadas de evidência de maus-tratos, agressões e não investigação/denúncia das mesmas, o Mecanismo responde afirmativamente: "O MNP mantém um diálogo regular e colaborativo com a DGRSP e regista positivamente o posicionamento manifestado pelo Sr. Diretor-Geral quanto a uma "política de tolerância zero relativamente a situações de maus-tratos a reclusos".

Todas as direções dos estabelecimentos prisionais, informa também este departamento da Provedoria de Justiça, "se pronunciaram sobre as recomendações vertidas no relatório de visita do MNP, designadamente quanto a indícios ou evidências de maus-tratos e quanto ao respetivo tratamento".

Quaisquer que tenham sido os esclarecimentos prestados ao MNP pelos EP e os mencionados comentários da DGRSP, esta, dirigida pelo psicólogo forense Rui Abrunhosa Gonçalves desde agosto de 2022, não entendeu dever comunicá-los publicamente. Confrontada pelo DN com as afirmações mais graves do MNP nos

O Estabelecimento Prisional de Lisboa é um daqueles onde a Provedoria encontrou imagens de videovigilância com agressões a reclusos.

JOÃO GIRÃO/GLOBAL IMAGENS

relatórios das visitas de 2023 às prisões, respondeu: "A DGRSP não comenta relatórios de outros organismos, como sejam, a título de exemplo, os do Mecanismo Nacional de Prevenção da Provedoria de Justiça e da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça. Esta Direção-Geral colabora lealmente com estes organismos, respondendo, em sede própria, a todas as questões que lhe são colocadas, acolhendo como uma mais-valia os reparos que lhe são feitos e procurando responder positivamente às recomendações que lhe são dirigidas."

Aparentemente, a DGRSP não considerará a sindicância por jornalistas "sede própria" para esclarecer se confirma ou desmente as gravíssimas afirmações efetuadas por um organismo de prevenção de tortura, nomeadamente no que respeita a um alegado desconhecimento da lei por parte dos seus funcionários.

Ainda assim, sublinha que "as imagens referidas pelo MNP foram recolhidas pelos sistemas de CCTV dos EP e partilhadas com o MNP pelos serviços desta Direção-Geral, sendo que o sistema de CCTV, para além de auxiliar de vigilância e de segurança, pretende ser um fator de dissuasão de comportamentos desadequados, podendo constituir também um elemento de prova".

> Serviços Prisionais garantem que "nenhuma alegação de agressão de guardas a reclusos, sempre que minimamente fundada, fica por investigar ou comunicar ao MP, sendo esta Direção-Geral a primeira interessada na eliminação deste tipo de comportamentos".

E acrescenta: "Todas as denúncias de maus-tratos que chegam ao conhecimento desta Direção-Geral, independentemente da via por que chegam, são objeto de comunicação ao SAI [o qual depende diretamente do diretor-geral] desta Direção-Geral, coordenado por magistrados do Ministério Público em comissão de serviço e, nos casos em que estas denúncias se configuram como crime, procede-se às devidas comunicações ao Ministério Público."

Serviços Prisionais não esclarecem se comunicaram alguma agressão ao MP

Não foi porém possível obter da DGRSP uma resposta sobre o número de suspeitas de agressões que, em 2022 e 2023, foram participadas ao MP pelos seus serviços.

Também não foi diretamente esclarecido se os oito casos participados pela Provedoria ao MP tinham sido antes objeto de investigação interna e comunicação ao SAI e/ou ao MP por parte dos EP nos quais ocorreram. A resposta dada pela DGRSP a essa pergunta específica foi esta: "Nenhuma alegação de agressão de guardas a reclusos, sempre que minimamente fundada, fica por investigar ou comunicar ao MP, sendo a DGRSP a primeira interessada na eliminação deste tipo de comportamentos sempre que ocorram. Em 2023 foram abertos 38 processos desta natureza, tendo sido arquivados cerca de 28, tendo havido acusação em dois e encontrando-se sete ainda em investigação."

Outra pergunta feita pelo jornal que não obteve resposta foi a que visava esclarecer quantas queixas foram em 2023 e 2022 apresentadas por reclusos contra guardas por agressão/maus-tratos.

Assegurando que "esta estatística é regularmente comunicada às entidades externas com competência nesta matéria, nomeadamente o Comité Europeu de Prevenção para a Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes", a DGRSP não a comunicou, porém, ao DN. Antes reportou que "desde 2020 foram registados 140 inquéritos/processos disciplinares por uso excessivo da força e mau tratamento no interior dos estabelecimentos prisionais, bem como 362 processos de inquérito relacionados com a necessidade de aplicação de uso de meios coercivos, dos quais 10 resultaram em procedimento disciplinar, tendo originado sete sanções disciplinares a guardas prisionais".

Assim, se os 10 procedimentos disciplinares que originaram sete sanções dizem respeito ao universo total referido (140 mais 365), só 2% dos inquéritos/processos citados resultaram em procedimentos disciplinares e pouco mais de 1% a sanções disciplinares. Distribuindo o número de procedimentos disciplinares e de sanções pelos referidos quatro anos, obtém-se, respetivamente, 2,5 procedimentos e 1,75 sanções/ano.

Em contraste, o *Relatório Anual de Segurança Interna de 2023*, recentemente publicado, indica, na secção sobre justiça e sistema prisional, que em 2023 houve 36 agressões de reclusos a guardas prisionais. Questionada sobre se esse número corresponde a denúncias em investigação ou a inquéritos já finalizados, a DGRSP esclarece que "os dados respeitantes às agressões a elementos do corpo da guarda prisional constantes do *RASI* contabilizam as comunicações registadas nos Serviços Centrais desta Direção-Geral e das quais resultaram os devidos procedimentos disciplinares e subsequentes comunicações ao Ministério Público".

Lei de 2021 permitiu ao MNP investigar melhor

Já no relatório de 2022 o MNP manifestava a sua estranheza face à "inexistência ou insuficiência de inquéritos por agressão" nos Serviços Prisionais: "Durante o ano de 2022, e na totalidade dos EP, foram instaurados 26 processos de inquérito contra trabalhador por invocada agressão a recluso." Desses 26, informava o MNP com base no que lhe fora transmitido pela DGRSP/SAI, metade fora arquivada e estava pendente outra metade, tendo existido zero pronúncias. Concluía o MPN: "Em alguns estabelecimentos, como é o caso dos EP do Porto, de Vale de Judeus e de Monsanto, o número de processos de inquérito por agressão pareceu bastante reduzido quando comparado com o volume de alegações de maus-tratos que o MNP recebeu durante as visitas, o que suscitou preocupação acerca do tratamento conferido a alegações de reclusos sobre condutas abusivas por parte de elementos de segurança."

Adiantando ao DN que "está em curso a definição de mecanismos de articulação entre o MNP e o Serviço de Auditoria e Inspeção [da DGRSP], tendo em vista uma maior celeridade na sinalização e acompanhamento de casos de maus-tratos", o MNP explica por que motivo só este ano esteve em condições de participar ao MP suspeitas/evidências de crimes encontradas nas suas visitas.

É que o Mecanismo foi, por via de do Decreto-Lei n.º 80/2021, de 6 de outubro, "reconhecido legalmente como um departamento da Provedoria de Justiça", permitindo que passasse a dispor de uma equipa própria, e que esta pudesse "aprofundar a triangulação dos relatos e informações recolhidas durante as visitas, através da utilização de vários métodos e fontes, como sejam a visualização de imagens recolhidas por sistemas de videovigilância, o diálogo com elementos dos serviços clínicos e jurídicos, com elementos da segurança e técnicos, assim como a consulta de documentos, por exemplo, relatórios clínicos e relatórios de ocorrências diárias (elaborados, no caso dos EP, pelo guarda chefe de cada ala, e, no caso das esquadras, pelo graduado de serviço)".

Igualmente terá passado a ser possível "o alargamento da monitorização de aspetos procedimentais por meio da consulta sistemática de processos", analisando, nos EP, "processos disciplinares e processos de inquérito por uso de meios coercivos ou por alegada agressão a recluso".

O DN solicitou à Procuradoria-Geral da República informação sobre o seguimento dos oito casos participados pelo MNP em 2023 e sobre o número de queixas/inquéritos relativos a agressões/maus-tratos de reclusos por guardas prisionais em 2022 e 2023. Até à publicação deste artigo não foi possível obter as respostas.

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

Proposta defendida pelo líder parlamentar centrista, Paulo Núncio, teve votos favoráveis do PSD, CDS-PP, Chega e Iniciativa Liberal.

Direita junta-se toda para aprovar sessão solene do 25 de Novembro

PARLAMENTO Debate agendado pelo CDS teve lição de Francisco Assis, críticas à "diabolização do PREC" e citações de Mário Soares. Só não houve apoio para o feriado que o Chega pretendia.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A maioria de direita resultante das eleições de 30 de março, disfuncional desde o início da legislatura, permitiu aprovar a deliberação, ontem apresentada pelo grupo parlamentar centrista, para que a Assembleia da República passe a ter uma sessão solene anual comemorativa do 25 de Novembro. Os 138 deputados do PSD, CDS-PP, Chega e Iniciativa Liberal (IL) votaram a favor, PS, Bloco de Esquerda (BE), PCP e Livre estiveram contra, e o PAN absteve-se, traduzindo as divergências num debate que foi uma viagem no tempo aos primeiros 19 meses do regime que está a celebrar o 50.º aniversário.

Para trás ficou outra proposta, do Chega, para tornar feriado nacional a data em que, no ano de 1975, forças militares defensoras da democracia contiveram a sublevação de tropas ligadas à esquerda radical, colocando fim ao que se convencionou chamar Processo Revolucionário em Curso (PREC). A favor só os 50 deputados do Chega e os dois do CDS-PP, com os oito da IL a absterem-se. Melhor sorte teve a deliberação dos liberais para a Assembleia da República assinalar com uma sessão solene o 50.º aniversário do 25 de Novembro, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974. O PS juntou-se à direita na aprovação, e o Livre ao PAN na abstenção, com o BE e o PCP sós no voto contrário.

O debate arrancara com o líder parlamentar centrista, Paulo Núncio, a apresentar a proposta de comemoração anual como "obrigação histórica" de um partido fundador da democracia. Na esquerda do hemiciclo havia muitas clareiras, com somente dois deputados do Bloco de Esquerda (Joana Mortágua e Marisa Matias), do PCP (António Filipe e Paula Santos) e do Livre (Rui Tavares e Isabel Mendes Lopes), enquanto Francisco Assis contrastava com o resto da bancada do PS por aplaudir passagens da intervenção de Núncio. O centrista, para quem "separar as duas datas [25 de Abril e 25 de Novembro] é um erro histórico", disse que a intervenção militar protagonizada por Ramalho Eanes e Jaime Neves "impediu que Portugal caísse novamente numa deriva totalitária".

Reagindo a essa intervenção, Rui Tavares alegou que, sem questionar a importância da data, não percebia o que a direita pretendia assinalar, ao que Núncio respondeu que se celebrava o fim do PREC, caracterizado por falta de liberdade de pensamento, de imprensa, económica e política. A partir daí acentuou-se a clivagem ideológica. O presidente da IL, Rui Rocha, citou George Orwell para denunciar a "tentativa de controlo do passado pela extrema-esquerda", a deputada do Chega Vanessa Barata disse que "foi possível travar" uma ditadura de esquerda "que parecia ser certa", e o social-democrata Bruno Vitorino ligou extremismos do passado e do presente, mencionando "experiências sociais" nas escolas feitas por "radicais esquerdistas". Já o comunista António Filipe, um dos raros parlamentares que viveram o PREC, atribuiu a proposta centrista ao "campeonato de radicalismo" na direita nacional, e a bloquista Joana Mortágua criticou uma "diabolização do PREC" por quem pretende a "normalização do Estado Novo".

Pelo PS falou Francisco Assis, no que terá sido a sua última intervenção antes de ir para o Parlamento Europeu. Citando Mário Soares, como muitos outros fizera, admitiu que "houve risco real de instauração de um regime autoritário, que levado às últimas consequências, seria um regime totalitário de inspiração marxista". Mas terminou aquilo que o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, descreveu como "uma lição, sobretudo ao PS", deixou claro que a bancada não aprovaria a proposta centrista. E muito menos a do Chega.

"Novembro completa Abril, separar as duas datas é um erro histórico que tem de ser corrigido."

Paulo Núncio
Líder parlamentar do CDS-PP

"Quando digo que não é preciso comemorar, não estou a dizer que não se devem fazer comemorações."

Francisco Assis
Deputado do PS

"É importante assinalar a data, mas para isso não precisamos de um feriado."

Bruno Vitorino
Deputado do PSD

"A proposta do CDS tem um objetivo fundamental, que se chama revisionismo histórico."

António Filipe
Deputado do PCP

"Temos de dar a dignidade que esta data merece. O povo tem de sair à rua no 25 de Novembro."

Pedro Pinto
Líder parlamentar do Chega

"Quer comemorar o 25 de novembro quem não tem coragem de comemorar o 28 de maio [de 1926]"

Joana Mortágua
Deputada do Bloco de Esquerda

Luís Montenegro anunciou no domingo o apoio do governo a António Costa para o Conselho Europeu.

Chega e IL contestam apoio da AD a António Costa

RECIPROCIDADE Bugalho justifica acordo assumido ao lembrar que o ex-chefe do governo, há 20 anos, votou a favor de Durão Barroso.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O eurodeputado eleito pela IL, João Cotrim de Figueiredo, questionou ontem, já em Bruxelas, a utilidade do ex-primeiro-ministro, António Costa, como presidente do Conselho Europeu – cargo para o qual ainda poderá vir a candidatar-se –, o que o levou a acusar a AD de estar a privilegiar a nacionalidade do antigo chefe do governo em detrimento das "suas ideias", que classificou como "inaceitáveis". Também André Ventura assumiu uma posição semelhante, prometendo que o Chega vai propor um consenso na Europa entre os conservadores para impedir a eleição de Costa. Por seu lado, o eurodeputado eleito pela AD Sebastião Bugalho justificou o apoio já assumido da coligação entre PSD e CDS a Costa com o facto de o ex-líder socialista, quando era eurodeputado, em 2004, ter votado em Durão Barroso para a presidência da Comissão Europeia.

No passado domingo, no rescaldo das eleições europeias, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, anunciou que o governo vai apoiar António Costa caso avance com uma candidatura para a presidência do Conselho Europeu. Ontem, na continuação da comemoração do Dia de Portugal, na Suíça, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, considerou que Montenegro "fez bem, esperou pelas eleições e depois de haver um resultado eleitoral que abria caminho. Ele disse o que era natural, que o Governo apoia um português e aquele português com a experiência que tem para o Conselho Europeu".

"Eu não vou entrar em debate com o João Cotrim de Figueiredo na primeira chegada ao Parlamento Europeu, nem tenho de entrar em resposta aos deputados liberais portugueses, com quem ansiamos trabalhar", afirmou Sebastião Bugalho em Bruxelas, acrescentando que o apoio da AD a António Costa segue um "princípio de reciprocidade".

"António Costa, quando foi eurodeputado português, votou favoravelmente a eleição de José Manuel Durão Barroso para presidente da Comissão Europeia. Nesse sentido, a reciprocidade é um sentimento português, que nós vamos colocar em prática neste caso", explicou. O eurodeputado disse ainda querer evitar "criar falsas clivagens" com a IL e considerou que "o apoio dos liberais poderá ser necessário num conjunto de soluções que serão positivas para os portugueses".

> André Ventura promete que vai tentar influenciar conservadores e o grupo do Chega no Parlamento Europeu para impedir eleição de António Costa.

Momentos antes, Cotrim de Figueiredo tinha contestado o apoio de Montenegro a Costa. "Estão a privilegiar a nacionalidade em relação à utilidade. [...] Podemos ter uma pessoa com ideias absolutamente inaceitáveis e só porque é do nosso país ser apoiada. Não faz sentido", afirmou também em Bruxelas. Entre as críticas do ex-líder da IL a Costa está a alegação de que o ex-secretário-geral socialista "não gosta de mudança", pelo que "não serve o projeto europeu". E prometeu que vai tentar influenciar a ala liberal do Parlamento Europeu para que rejeitem António Costa, justificando que "não tem uma postura liberal sobre o futuro da Europa". "Tinha muita pena se os outros liberais não pensassem dessa forma", rematou.

Também o líder do Chega prometeu influenciar a família política do partido no Parlamento Europeu para que Costa não seja eleito. "Sem margem para nenhuma dúvida que o que vamos propor ao ID [Identidade e Democracia] e aos conservadores, assim que se consiga essa aproximação, é que o que não foi bom para Portugal nós não queremos para a Europa", afirmou ontem André Ventura na Assembleia da República.

O Conselho Europeu é composto pelos chefes de governo dos 27 Estados-membros da União Europeia, que é quem elege o presidente deste órgão para mandatos de dois anos e meio, renováveis apenas uma vez.

vitor.cordeiro@dn.pt

Montenegro promete solução para salários de professores de Português na Suíça

EMIGRANTES Presidente da República e primeiro-ministro estendem a celebração do Dia de Portugal à segunda maior comunidade portuguesa no mundo.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

A primeira deslocação oficial de Marcelo Rebelo de Sousa e Luís Montenegro à Suíça, a propósito da comemoração do Dia de Portugal, foi ontem marcada por reivindicações de professores que ensinam português e que alertaram para a falta de atualização salarial há mais de 15 anos. Tanto o Presidente da República como o primeiro-ministro prometeram tentar encontrar uma solução para o problema, que já conheciam.

À chegada a uma escola em Genebra, ambos foram confrontados por um grupo de cerca de dez professores que queriam alertá-los para o problema. O chefe de Estado admitiu conhecer esta reivindicação, para a qual "tem de se encontrar uma solução", apontou.

Também o primeiro-ministro assumiu que já conhecia a situação. "Acontece também com funcionários consulares, por causa do fator cambial. Vamos olhar para isso", assegurou.

Em declarações aos jornalistas, Montenegro voltou a dizer que já conhecia a situação desde que liderava a oposição.

"A garantia é tentar encontrar uma solução, o problema não é exclusivo dos professores, embora no caso dos professores seja uma situação muito delicada", afirmou, lembrando que muitos já tinham abandonado a carreira.

"Posso garantir que vamos tentar encontrar uma solução de acordo com o interesse que é de todos e também é o nosso, preservar o ensino de português e desenvolvê-lo", prometeu, num dia em que a língua portuguesa teve um papel fundamental nas intervenções das duas figuras do Estado.

Luís Montenegro, momentos antes, durante uma conversa com alunos de Português na Suíça, foi mais longe no que diz respeito à valorização dos emigrantes, garantindo que também são precisos para a economia portuguesa.

"O nosso objetivo é que sejam felizes e realizados nos locais onde se encontram – alunos, professores e comunidade –, mas nós também precisamos de vocês em Portugal", afirmou.

No mesmo contexto, Marcelo insistiu na exaltação patriótica a que tinha recorrido no dia anterior, para celebrar o 10 de Junho, mas desta vez dirigida aos emigrantes.

Depois de reiterar que os portugueses são "os melhores dos melhores a adaptar-se aos climas, às culturas, às línguas, aos hábitos, a demonstrar capacidade para dialogar, para falar com todos, entender todos, aceitar todos, praticar o respeito da diferença", o Presidente da República reconheceu também que a comunidade portuguesa na Suíça enfrenta dificuldades. "Sabemos aqui da tributação fiscal de reformas, penalizando alguns compatriotas no termo de carreiras profissionais. Sabemos da dificuldade quanto a acidentes de trabalho no relacionamento com seguradoras", acrescentou.

Marcelo e Montenegro com alunos de Português na Suíça.

Opinião
Pedro Tadeu

A riqueza do país já está bem distribuída?

De repente nasceu esta tese quase unânime entre comentadores de atualidade política portuguesa: os resultados das eleições europeias em Portugal, ao confirmarem, três meses depois das legislativas, uma grande divisão do eleitorado português, colocando quase empatados os dois maiores partidos, PS e AD, resultam numa situação política que obrigará o primeiro-ministro, Luís Montenegro, e o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, a entenderem-se.

Pululam mesmo as interpretações de que a declaração de Montenegro na noite eleitoral, a manifestar o apoio do governo da AD à candidatura do socialista António Costa à presidência do Conselho Europeu, seguida da resposta agradecida de Pedro Nuno, que adiantou que não seria o seu partido a contribuir para a ingovernabilidade do país, confirmam essa tese.

Para estes analistas isto significa que os dois maiores partidos devem negociar entre si e chegar a acordo em matérias como o Orçamento do Estado para 2025, justiça, imigração, corrupção, os novos nomes para o Conselho de Estado, Procuradoria-Geral da República e Conselho Económico e Social – e, de facto, este namoro teve ontem mais um episódio com o anúncio pelo governo de Luís Paes Antunes como candidato para a presidência desse CES, aparentemente com o acordo do PS.

Note-se como, de repente, parecem estar afastadas destes encenadores políticos as questões sociais, os aumentos salariais, as reduções de impostos, as revoluções "em 60 dias" de não sei quantas áreas, o bodo aos pobres que se prometera distribuir, a reestruturação do Serviço Nacional de Saúde – tudo isso, agora, não interessa nada.

Note-se como as preocupações desta hipotética governação de "centrão" informalmente renascida parece tornar secundário os processos reivindicativos de polícias, guardas, médicos, oficiais de justiça, professores (23 mil ficaram de fora do acordo que uma parte dos sindicatos assinou com o ministro da Educação) e tantos outros setores de atividade.

Note-se como mesmo antes das eleições europeias o prestimoso governador do Banco de Portugal, o socialista Mário Centeno, o antigo campeão das cativações, veio avisar que com as novas regras europeias que entram em vigor para o ano (e que PS e AD, como sempre, apoiaram) Portugal entra imediatamente em incumprimento e, portanto, vamos outra vez para a era do "olhe, não há dinheiro, não está a perceber?!".

Note-se como, de repente, passou a ser pecado falar do *superavit* das contas do Estado português.

Note-se como até a verbosidade do Presidente da República limita agora o discurso público relevante à pressão para a aprovação do Orçamento do Estado.

Comparemos, por exemplo, o discurso do chefe de Estado no Dia de Portugal deste ano ("que este 10 de Junho sirva para dizer que tragédias como a 2017 nunca mais"), com, por exemplo, o discurso do ano passado ("não podemos desistir nunca de criar mais riqueza, mais igualdade, mais coesão, distribuindo essa riqueza com mais justiça") e constate-se a diferença do tipo de preocupações manifestada...

... por acaso a "distribuição justa da riqueza" sublinhada por Marcelo há um ano já foi alcançada e, por isso, já não vale a pena lançar para debate?

É para mim evidente que há uma elite que procura garantir que a classe política e a opinião pública portuguesas voltem a um estado de adormecimento conformado que permita prosseguir políticas que poderão ter os seus méritos económicos e geoestratégicos para quem domina, mas que não têm mérito algum para quem é desfavorecido, para quem vive de um salário e para quem anseie pela paz. Se o PS embarcar neste esquema, volta, mais uma vez, a trair-se a si próprio.

> **É para mim evidente que há uma elite que procura garantir que a classe política e a opinião pública portuguesas voltem a um estado de adormecimento conformado.**

Jornalista.

Opinião
Jorge Costa Oliveira

Amigos, amigos, gasodutos à parte...

Os projetos sino-russos de gasodutos remontam a 2006, ano em que um protocolo inicial entre a Gazprom e a CNPC previa dois projetos (com um custo global de 400 mil milhões de dólares, abastecendo a China) – um a oeste, com início nos campos de gás de Yamal (no Nornoroeste da Sibéria, de onde provém o gás natural para a Europa) e entrando na China pelo Altai ("gasoduto Altai"), e outro a leste, na Sibéria Oriental, fornecendo gás natural de Yakutia para Primorsky Krai e para a China. Este último, denominado Power of Siberia (PoS), com uma capacidade de abastecimento da China de até 38 biliões de metros cúbicos (bcm) anuais e um custo de 55 mil milhões de dólares, ficou operacional em 2019. O "gasoduto Altai", entretanto crismado de Power of Siberia 2 (PoS2), viu o seu trajeto alterado, passando a entrar na China via Mongólia.

O consórcio Gazprom-CNPC, criado para efetuar a construção e exploração destes gasodutos, prevê uma repartição do capital social paritária a 50% (na Nord Stream AG, a empresa-consórcio russo-europeia criada para os gasodutos Nord Stream, a estatal russa Gazprom tem 51%), o mesmo sucedendo com o seu financiamento. Estes gasodutos sino-russos inserem-se numa estratégia [antiga] russa de diversificação da clientela e no propósito simétrico da China de diversificar as fontes de abastecimento de recursos energéticos.

Não obstante, o projeto do PoS2 tem vindo a conhecer vários obstáculos. O PoS demorou uma década a negociar, em boa medida devido à questão do preço de fornecimento. Em setembro de 2023 a Bloomberg citava relatórios russos que estimavam que em 2024 o gás da Sibéria (PoS) custasse US$ 271,6/mil metros cúbicos, em comparação com US$ 481,7 para a Turquia e a Europa, sendo também mais barato do que o gás proveniente da Ásia Central. Mas a China quer um desconto maior para o PoS2 (e possivelmente maior para o *offtake* mínimo a ser assegurado).

É improvável que a China precise de fornecimento adicional de gás antes de 2035. As projeções indicam que as importações de gás natural da China atingirão cerca de 250 bcm até 2030 (de <170 bcm em 2023), o que deverá ser coberto por fornecimentos já contratualizados. Em 2040, as importações chinesas de gás deverão aproximar-se (ou exceder) 300 bcm, com apenas 150 bcm cobertos pelos contratos existentes, havendo espaço para o fornecimento via PoS2.

Por outro lado, a forte diminuição das vendas de gás para a Europa – <25 bcm em 2023 (150 bcm em 2021) – deixa pouca margem de manobra negocial à Rússia, que tem 70% [da infraestrutura de exportação] dos seus gasodutos na direção do Ocidente e pouca capacidade instalada de terminais de liquidificação de gás (o maior no Ártico, em Yamal, com limitações sazonais na sua utilização).

Além disso, a China continua a pressionar por mais concessões. Fontes russas dizem que, "em termos de construção, [Pequim] quer ter a certeza de que não tem riscos nem custos; a Rússia é o lado que paga toda a conta". Esta postura chinesa, após o acordo inicial de financiamento paritário do PoS2, decorre provavelmente da relutância dos bancos estatais chineses financiadores da CNPC em financiar a infraestrutura na Rússia, por receio de serem sujeitos a sanções financeiras ocidentais, nomeadamente dos EUA.

A "parceria estratégica global" sino-russa pode ser "sem limites", mas tem um custo… cada mês mais alto para a Rússia.

> **A "parceria estratégica global" sino-russa pode ser "sem limites", mas tem um custo... cada mês mais alto para a Rússia.**

Consultor financeiro e *business developer*.
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira

323 toneladas de cocaína. Apreensões batem recorde na Europa pelo sexto ano consecutivo

EUROPA As apreensões europeias de cocaína, consumida por cerca de quatro milhões de cidadãos deste continente, já superam as dos Estados Unidos, historicamente considerado o maior mercado desta droga.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

Incineração de elevada quantidade de droga numa lixeira na região de Lisboa.

Pelo sexto ano consecutivo, os Estados-membros da União Europeia apreenderam quantidades recorde de cocaína, num total de 323 toneladas, comunicadas em 2022, face às 303 toneladas que tinham sido apreendidas em 2021. "As apreensões europeias excedem atualmente as realizadas nos Estados Unidos, historicamente considerado o maior mercado mundial de cocaína", pode ler-se no *Relatório Europeu sobre Drogas 2024: Tendências e Desenvolvimento*, do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, que a partir de julho dará lugar à Agência da União Europeia sobre Drogas.

A Bélgica, com 111 toneladas apreendidas de cocaína, Espanha, com 58,3 toneladas, e os Países Baixos, com 51,5 toneladas, estão no *top* dos países europeus com mais apreensões desta droga estimulante, com origem sobretudo na América Latina. Segundo o relatório, estes três países europeus "representam 68% da quantidade total apreendida, o que reflete o direcionamento persistente das cadeias de abastecimento logísticas pelos traficantes de droga".

No ano passado, Espanha, por sua vez, "comunicou a maior apreensão individual de cocaína de sempre (9,5 toneladas), escondida em carregamentos de bananas provenientes do Equador".

É sobretudo por via marítima que a droga está a entrar na Europa, e Portugal não escapa a esta realidade *(ver peça secundária)*. "O tráfico de grandes volumes de cocaína em contentores de transporte marítimo, através dos portos marítimos da Europa, continua a ser um fator importante na elevada disponibilidade da droga na região", lê-se no mesmo relatório, que concretiza: "Dados recentes do porto de Antuérpia (Bélgica) mostram que em 2023 a quantidade de cocaína aí apreendida aumentou para 116 toneladas (de 110 toneladas em 2022)."

As organizações criminosas que se dedicam ao tráfico de estupefacientes adaptam-se. "À medida que os métodos de aplicação da lei se intensificam, os grupos de criminalidade organizada também visam portos mais pequenos, tanto nos países da União Europeia (UE) como nos que fazem fronteira com a UE, que podem ser mais vulneráveis ao tráfico de droga. Neste contexto, alguns países do Norte da Europa, incluindo a Suécia e a Noruega, comunicaram um número recorde de apreensões de cocaína nos portos marítimos em 2023", acrescenta o relatório.

Como forma de combate a este flagelo, o relatório anuncia a nova Aliança Europeia de Portos, "uma parceria público-privada que tem por objetivo aumentar a resiliência dos portos e intensificar a luta contra o tráfico de droga e a infiltração criminosa". Ao mesmo tempo, o documento dá conta de que existem laboratórios de processamento de cocaína no continente europeu. "Os grupos de criminalidade organizada também abastecem os mercados de consumidores europeus através do processamento de produtos de cocaína ilícita em vários países da UE, tendo sido desmantelados 39 laboratórios de cocaína em 2022 (34 em 2021)."

O impacto na saúde pública da entrada e consumo de droga no continente preocupa os responsáveis europeus. "Há sinais de que a elevada disponibilidade de cocaína na Europa está a ter um impacto cada vez mais negativo na saúde pública. É a segunda droga ilícita mais comunicada tanto pelas pessoas que entram pela primeira vez nos serviços de tratamento da toxicodependência (29 mil em 2022), como pelas pessoas que dão entrada nos serviços de urgência dos hospitais."

O relatório agora divulgado dá ainda conta de que a cocaína está a matar cada vez mais. "Os dados disponíveis também sugerem que a droga esteve presente em cerca de um quinto das mortes por *overdose* comunicadas em 2022." A cocaína é mesmo "a droga estimulante mais consumida na Europa, tendo sido consumida por cerca de 1,4% (quatro milhões) dos adultos europeus (15-64 anos) no último ano". Este estupefaciente "está cada vez mais disponível [...] com uma distribuição geográfica e social mais alargada.

Os dados mais recentes das análises às águas residuais revelaram que, das 72 cidades com referências ao consumo de cocaína, parece estar a tornar-se cada vez mais frequente ser consumida em grupos mais vulneráveis ou marginalizados em alguns países". E o relatório acrescenta: "Tanto o consumo da cocaína injetada como o da cocaína-*crack* é notificado num número crescente de Estados europeus."

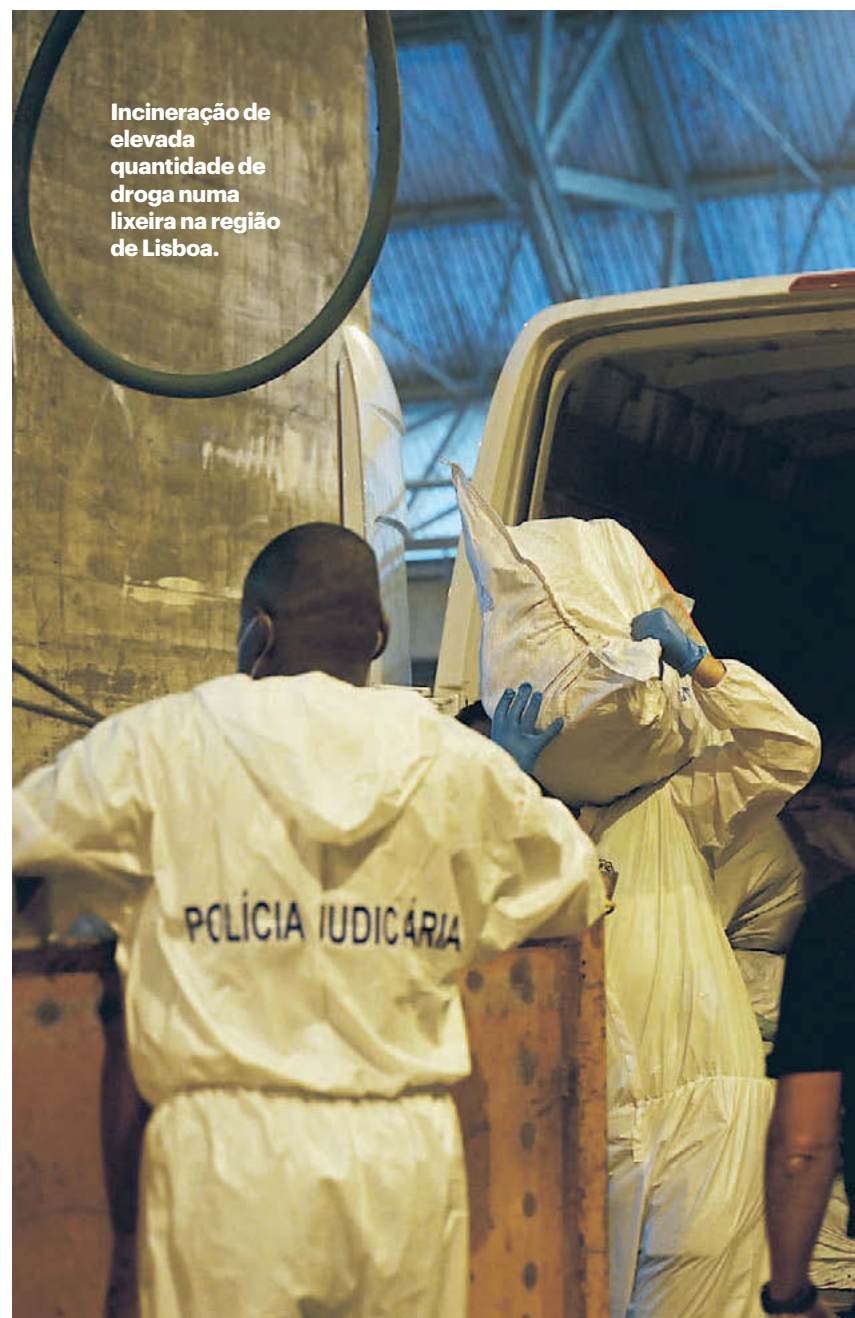
4 milhões

Consumo A cocaína é a droga estimulante ilícita mais consumida na Europa, com quatro milhões de consumidores entre os 15 e os 64 anos.

1/5

Mortes Dados do relatório agora divulgado apontam para a presença de cocaína em um quinto das mortes por *overdose* comunicadas em 2022.

22,8 milhões

Canábis Apesar da prevalência da cocaína na Europa, a canábis continua a ser a droga ilícita mais consumida no continente, com 22,8 milhões de consumidores.

"Há um aumento muito significativo em Portugal"

TRÁFICO País serve de porta de entrada, por mar e ar, de grandes quantidades de cocaína e haxixe, tanto para consumo interno como para exportação.

Os dados são do último *Relatório Anual de Segurança Interna 2023 (RASI)* e dão conta de que em Portugal, tal como noutros países europeus, a droga entra sobretudo por via marítima, mas também por via aérea. "O tráfico ilícito de estupefacientes continua a ser uma das principais áreas de atuação do crime organizado, sendo o nosso país ponto de destino final de diversas drogas ilícitas destinadas ao consumo interno", pode ler-se no *RASI 2023*. "O território, as águas nacionais e a Zona Económica Exclusiva têm vindo também a ser utilizados por diversas organizações criminosas como pontos de trânsito de significativas quantidades de haxixe (produzido no Norte de África) e de cocaína (fabricada na América Latina), que têm como destino final outros países do continente europeu", continua o documento.

À semelhança do que sucede na Europa, como um todo, também em Portugal "tem-se constatado um aumento muito significativo do volume de tráfico de cocaína. As múltiplas organizações criminosas pretendem introduzir este tipo de estupefaciente na Europa maioritariamente pela via marítima, com

RITA CHANTRE/GLOBAL IMAGENS

recurso a contentores através dos principais portos europeus". No que respeita ao tráfico de cocaína em Portugal, "o mesmo é realizado através de portos marítimos e de aeroportos (em particular o de Lisboa e o do Porto, onde aterram cerca de uma dezena e meia de voos diários com origem em países da América do Sul, nomeadamente do Brasil)", prossegue o *RASI*.

No ano passado foram, assim, apreendidos 37.947 quilos de haxixe e 21.721 quilos de cocaína.

As organizações criminosas infiltram-se "em infraestruturas portuárias e aeroportuárias existentes no território nacional através do recrutamento de trabalhadores de diferentes entidades, designadamente prestadoras de serviços. O objetivo é o de conseguirem, com o apoio de tais trabalhadores, criar o que poderemos designar por verdadeiras 'vias verdes' para a entrada de grandes quantidades de estupefacientes em território nacional e, concomitantemente, no espaço europeu", resume o relatório nacional.

Governo promete plano de ação no pré-escolar. Faltam 20 mil vagas para alunos

EDUCAÇÃO Anterior Executivo é acusado de falta de planeamento para dar resposta às crianças que vão deixar as creches até setembro.

TEXTO **DAVID PEREIRA**

O governo, através do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, determinou a criação de um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de, até ao final deste mês, realizar um diagnóstico detalhado da rede existente de estabelecimentos de creche e de jardim de infância e apresentar um plano de ação que garanta a gratuitidade na educação pré-escolar em 2024/2025 para as crianças abrangidas pelo programa Creche Feliz. O terceiro objetivo desta espécie de *task force* passa por propor, até final de novembro, uma estratégia que assegure a continuidade na transição da creche para a educação pré-escolar e a qualidade pedagógica para as crianças entre os 0 e os 6 anos.

OCTAVIO PASSOS/GLOBAL IMAGENS

Governo alerta para risco de milhares de crianças ficarem sem resposta no pré-escolar.

Num comunicado enviado às redações, o governo de Luís Montenegro acusa o Executivo anterior de não ter acautelado "a criação de vagas suficientes no pré-escolar para acomodar crianças que já beneficiaram do acesso gratuito à creche", referindo que "faltam ainda cerca de 20 mil lugares para garantir a universalização do acesso à educação pré-escolar às crianças com 3 anos". O atual governo "concluiu que a rede existente é insuficiente para o aumento da procura na educação pré-escolar para crianças com 3 anos, havendo o risco de milhares de crianças e famílias ficarem sem resposta".

"Segundo as estimativas iniciais, em setembro de 2024 cerca de 29 mil crianças concluirão o ciclo de frequência em creches, por terem atingido os 3 anos. Destas, 12.070 frequentam o programa Creche Feliz, devendo transitar para a rede de educação pré-escolar. Para assegurar a universalização da educação pré-escolar aos 3 anos estarão em falta mais de 19.600 lugares", indica a nota. "É grave e incompreensível a ausência de planeamento por parte do governo anterior, que não previu a necessidade de criação de milhares de vagas na educação pré-escolar de modo a acomodar o aumento de procura por parte de crianças às quais já foi garantido o acesso gratuito à creche", acusa.

O Executivo recorda que o seu programa "prevê o acesso universal e gratuito às creches e ao pré-escolar, mobilizando para tal os setores público, social e privado", e que "está empenhado no cumprimento desta opção estratégica de política pública, que contribuirá de forma decisiva para o desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo das crianças, e, assim, para uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso à educação".

> "Faltam ainda cerca de 20 mil lugares para garantir a universalização do acesso à educação pré-escolar às crianças com 3 anos", diz nota do governo.

Na semana passada, foi publicada em *Diário da República* uma portaria que determina que as famílias podem ter acesso a creche gratuita no setor privado se não houver vaga na rede social na área da sua freguesia de residência ou trabalho. Além disso, os infantários privados passam também a "beneficiar de financiamento público complementar" quando pratiquem um horário de funcionamento para além das 11 horas diárias ou necessitem de uma extensão semanal para funcionamento ao sábado nos mesmos termos de que já beneficiam as creches do setor social e solidário".

As medidas que entraram em vigor têm como objetivo "promover a natalidade, incentivando as famílias a terem mais filhos, garantindo a conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar", indicou a portaria assinada pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, acrescentando que esta "é uma questão estratégica para o futuro de Portugal". **Com LUSA**

BREVES

Arrábida é candidata a Reserva da Biosfera

A Câmara de Setúbal aprovou ontem, por unanimidade, a candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera, na sequência de um protocolo assinado entre o município e as autarquias de Palmela e Sesimbra em 2016. A proposta foi elaborada sob a coordenação da Associação de Municípios de Setúbal e do Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas, em articulação com a Comissão Nacional da UNESCO e o Comité Português para o Programa O Homem e a Biosfera. Segundo revelou o presidente da Câmara de Setúbal, André Martins (CDU), a candidatura visa identificar e integrar as atividades humanas na serra da Arrábida, na zona de paisagem protegida, numa estratégia de desenvolvimento sustentável, salvaguardando os valores ambientais.

Beja. PJ detém homem por suspeita de violação

Um homem de 30 anos foi detido por fortes indícios da prática do crime de violação contra uma mulher, de 34, no concelho de Beja, anunciou ontem a Polícia Judiciária (PJ). Em comunicado, a PJ explica que a detenção ocorreu no domingo, tendo o crime ocorrido no sábado, data em que recebeu a comunicação da denúncia, formalizada pela própria vítima junto das autoridades policiais. "Na sequência da investigação, foi possível apurar que a vítima, uma mulher de 34 anos, foi abordada junto à sua residência por um cidadão estrangeiro, que terá conhecido no final do mês de maio, quando este pediu ajuda (alimentos e outros bens), uma vez que se encontrava desempregado", lê-se. A prova recolhida, segundo a PJ, determinou a detenção do presumível autor, com a colaboração da PSP.

Dentro da fábrica que fornece metade das seringas de África

SAÚDE Os países da África Subsariana necessitam de 500 milhões de seringas todos os anos apenas para imunizações de rotina. No Quénia, a Revital Healthcare e os seus cerca de 700 funcionários tentam dar passos firmes no caminho da autossuficiência.

TEXTO **APOORVA MANDAVILLI**
FOTOS **BRIAN OTIENO** THE NEW YORK TIMES

Na deslumbrante costa queniana, a meio caminho entre ruínas do século XV e a vibrante cidade de Mombaça, uma pequena fábrica está a ajudar a alcançar um dos maiores objetivos de saúde de África: a autossuficiência.

Com menos de 700 funcionários, a Revital Healthcare fabrica 300 milhões de seringas por ano, o suficiente para satisfazer mais de metade das necessidades de vacinação de rotina de África.

No meio da pandemia de covid-19, quando os governos se deparavam com a vacinação de milhões de pessoas e atravessavam uma grave escassez, a Revital enviou seringas para o Sri Lanka, Suécia, Emirados Árabes Unidos e Uzbequistão, e até 15 milhões de seringas para a Índia, informou Roneek Vora, diretor de Vendas e Marketing da empresa.

A Revital é a única empresa africana aprovada pela Organização Mundial de Saúde para fabricar seringas de ativação automática. No total, a empresa, fundada em 2008, possui um portefólio de 58 produtos médicos.

"Esta é a primeira vez na vida de África que uma indústria médica exporta seringas para a Índia, quando sabemos que a Índia é uma potência no fabrico de seringas", disse Vora. "Isso foi muito importante para nós, quebrou muitas barreiras", acrescentou.

A Revital é financiada através de doações e contratos de muitas organizações doadoras, incluindo a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, a Fundação Save the Children e vários ramos das Nações Unidas. E a empresa tem grandes ambições.

Muitas das tentativas de África no sentido da autossuficiência médica foram dificultadas por fundos limitados, pela falta de um sistema regulamentar robusto e pelos desafios no transporte de medicamentos e vacinas. Neste contexto, o sucesso da Revital permite ter a esperança de que uma empresa africana possa fabricar produtos essenciais não apenas para o continente, mas também para exportar para outros países.

A empresa possui um portefólio de 58 produtos, incluindo *kits* de testes de diagnóstico rápido para diversas doenças infecciosas, tubos médicos, máscaras faciais e um dispositivo portátil, sem o uso de eletricidade, que fornece oxigénio aos recém-nascidos. Mais de 200 desses dispositivos foram entregues à Ucrânia em maio de 2022.

Mas as seringas, em particular, estão a ajudar a colmatar uma necessidade extrema em África. Os países da África Subsariana necessitam de 500 milhões de seringas todos os anos, apenas para imunizações de rotina. E estas nações são frequentemente atingidas por surtos que exigem vacinações em massa num curto espaço de tempo. As seringas costumam ser o fator limitativo. "O mundo investe milhares de milhões todos os anos no desenvolvimento e distribuição de vacinas, mas sem uma simples seringa, que custa alguns cêntimos, as vacinas e o investimento associado permanecerão no frasco", vincou Surabhi Rajaram, funcionária do programa da Fundação Melinda Gates.

Mais de 80% das seringas necessárias para a vacinação são produzidas na Ásia, segundo Rajaram. Geralmente são enviadas por via marítima, o que pode atrasar meses a sua chegada.

Durante a pandemia, a Índia e a China restringiram a exportação de seringas, criando lacunas e sobrecarregando os programas de imunização em muitos países, incluindo alguns em África. "Foi uma situação em que nunca mais queremos estar", afirma Rajaram.

A proximidade da Revital do porto marítimo e do aeroporto internacional de Mombaça e de uma rede rodoviária que liga os países interiores em África reduziu os tempos de transporte em 80% a 90%.

Com cerca de 4 milhões de dólares de financiamento da Fundação Gates, a organização fabrica as chamadas seringas de ativação e desativação automáticas, que não podem ser reutilizadas depois de o êmbolo ser inserido no cilindro. Outras são desativadas somente depois de o êmbolo ser empurrado totalmente através do cilindro. Por vezes isso incentiva o pessoal de saúde a parar antes de esvaziar uma seringa e a reabastecê-la, a fim de conservar a provisão. No entanto, isto pode contribuir para a propagação do VIH, das hepatites B e C e de outras doenças.

A Revital é a única empresa africana aprovada pela Organização Mundial de Saúde para fabricar seringas de ativação automática.

As subvenções concedidas por organizações globais de saúde determinam que as seringas de ativação automática sejam vendidas em África. Separadamente, os Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças estabeleceram uma meta de fabricar 60% das vacinas de que necessita até 2040. "Quando falamos de vacinas, falamos de seringas, e não tínhamos capacidade para as fabricar", disse Jean Kaseya, diretor-geral da agência. "Agora, com a Revital Healthcare, podemos cobrir pelo menos 50% das nossas necessidades."

As ambições da empresa vão muito além das seringas. Em março de 2020, quando a covid chegou ao Quénia, "não tínhamos máscaras cirúrgicas, não tínhamos vacinas, não tínhamos seringas", lembra Vora. A empresa aumentou rapidamente a produção de máscaras faciais de 30 mil por dia para 300 mil, tornando-se o maior fabricante de máscaras na África Subsariana. Em seis meses aumentou a sua produção de seringas de 3 milhões por mês para 30 milhões.

Com 2,2 milhões de dólares da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, a Revital pretende agora tornar-se o maior fabricante de *kits* de testes de diagnóstico rápido de África, produzindo cerca de 20 milhões por mês, e está a contratar 200 funcionários para satisfazer essa procura. Cerca de metade dos *kits* de teste seriam para o VIH e a outra metade para a malária, hepatite, dengue e outras doenças. A fábrica foi inaugurada em maio.

A Revital é também o eixo de um esforço maior iniciado pelo presidente do Quénia, William Ruto, para produzir *kits* de cuidados de saúde para surtos. Num surto de malária, por exemplo, outras empresas podem fabricar testes de diagnóstico rápido, redes mosquiteiras e medicamentos e vacinas antimaláricas. A Revital montaria os *kits* e enviá-los-ia para as zonas dos surtos.

Krupali Shah (foto à esquerda) é a diretora técnica da Revital Healthcare. A empresa tem no seu portfólio 58 produtos médicos. Por ano fabrica cerca de 300 milhões de seringas.

> Os países da África Subsariana necessitam de 500 milhões de seringas todos os anos apenas para imunizações de rotina. E estas nações são frequentemente atingidas por surtos que exigem vacinações em massa num curto espaço de tempo.

Fundada em 2008 com apenas 60 funcionários, continua a ser uma empresa familiar. Vora é um queniano de terceira geração de ascendência indiana e o seu tio é o presidente da empresa. Os seus primos gerem finanças e operações. Krupali Shah, que lidera a investigação e desenvolvimento, é uma amiga próxima da família. As mulheres representam cerca de 80% da força de trabalho, ultrapassando a meta de 50% estabelecida pela Fundação Gates.

A poucos minutos das espetaculares praias de Kilifi, a fábrica funciona o dia todo, todos os dias, com trabalhadores em turnos de 12 horas. Grande parte do trabalho é automatizado, mas muitos trabalhadores passam horas em salas quentes e pouco arejadas, porque as unidades de ar condicionado ou as ventoinhas podem comprometer a esterilidade, conforme Shah. Como algumas máquinas emitem ruídos agudos, os trabalhadores receberam auscultadores e recusaram, segundo um supervisor. A bisavó de Vora era deficiente auditiva e muda e ele disse que a empresa planeava contratar mais de 200 dessas mulheres para montar as seringas, mas contratou até agora cerca de 40. Num dia quente de dezembro, eram menos de 20.

Aos 60 anos, Truphosa Atieno, que tem deficiência auditiva, é décadas mais velha do que a maioria dos outros funcionários. Viúva e mãe solteira, era professora do ensino básico, mas quando a pandemia fechou a escola "vivia na pobreza", vendendo mel, vegetais e cana-de-açúcar à beira da estrada, segundo contou. Em novembro de 2022 foi atropelada por um minibus e ficou inconsciente durante três dias. Fraturou o crânio e o cotovelo e sofreu hematomas nas costelas e nos dedos. Mesmo assim, com quatro filhas com idades entre os 16 e 29 anos, estava ansiosa por voltar ao trabalho.

Quando conseguiu o emprego na Revital, Atieno morava em Jomvu, a cerca de 80 km de Kilifi, e tinha de sair de casa às 4h00 para chegar ao trabalho às 7h00. Agora divide um quarto em Kilifi com outras 13 mulheres durante a semana e regressa a Jomvu aos fins de semana. O que ela ganha "não é suficiente", por isso complementa o seu rendimento dando aulas particulares a crianças nos dias de folga.

Algumas mulheres com deficiência auditiva abandonaram a fábrica porque o salário diário é de cerca de 600 xelins quenianos por turno (menos de 4,5 euros) e a sua viagem desde Mombaça custa cerca de metade desse valor. Outras não conseguiram cumprir as quotas diárias de produtividade ou não gostaram da proibição de comer carne e ovos no local (os Voras são vegetarianos estritos).

"Uma das dificuldades é a adaptação à cultura daqui", disse Amina Mahmud, responsável pelo projeto numa organização sem fins lucrativos sediada em Mombaça que colocou as mulheres na organização, acrescentando que as "expectativas da empresa são altas".

Este texto foi originalmente publicado em The New York Times

Opinião
Eduardo Vera-Cruz Pinto

Portugal e a sua história colonial em África: o início de uma conversa necessária

Portugal deve assumir com responsabilidade o que foi o seu colonialismo. Reescrever o cânone historiográfico dominante sobre a presença de Portugal em África até às independências dos novos Estados, sem a intenção de substituir narrativas ainda dominantes, mas de as equilibrar, referindo e ampliando situações, pessoas e realidades ainda invisíveis pode ser o início de uma conversa necessária.

Na sociedade portuguesa circulam, sem contraditório efetivo e horizontal, narrativas, crenças e projeções sobre o colonialismo em que não figuram as pessoas que foram racialmente discriminadas, politicamente perseguidas, socialmente diminuídas e pessoalmente humilhadas.

Exercer contraditório, apresentar narrativas diferentes, partir de pontos de vista diversos, colocar-se no lugar dos outros é fundamental para um diálogo necessário sobre como o Passado colonial marcou diferenças no acesso aos direitos e aos bens e que se projeta no nosso Presente.

Essa responsabilidade é em primeira linha de professores, historiadores, escritores que devem estar contra perspetivas unilaterais e parciais – sejam elas quais forem.

As camadas de invisibilidade acumuladas no processo histórico das colonizações levaram a ignorâncias e insensibilidades deste lado do Atlântico que é preciso recuperar sem culpabilizações coletivas, anacronismos oportunistas, traumas geracionais ou medos indemnizatórios. É preciso conhecer o Passado para não o repetir no Presente. É necessário assumir as responsabilidades daí resultantes com a coragem das respostas políticas dirigidas aos povos colonizados e às pessoas em quem essa herança ainda pesa, numa Democracia europeia que respeita a civilidade jurídica do século XXI, prevenindo e combatendo a xenofobia e o racismo. Aqui "eu sou outro" (Rimbaud).

Comecemos por colocar as coisas onde elas devem estar, dando importância aos testemunhos de colonizados confrontando-os com os de colonizadores, depoimentos de autoridades e declarações de pessoas comuns, de resistentes e de opressores, contando as histórias pessoais de sofrimento e dor, evitando imagens estereotipadas, jargões de oportunidade, discursos politicamente corretos e condicionamentos ideológicos.

Publicar uma coleção documental com compilação de fontes identificadas e classificadas para o estudo do colonialismo português em África, num trabalho de equipas multidisciplinares e multinacionais. Convocar os pedagogos e educadores para saber o que ensinar nas escolas, dos consensos possíveis sobre esse passado tão dividido nas suas narrativas, passando assim às gerações futuras um testemunho plural, que previna a transmissão de preconceitos e de antagonismos herdados das políticas discriminatórias do colonialismo e da sua propaganda.

A luta pela Justiça através do Direito é a melhor forma de atingir a paz na nossa sociedade. Dar aos cidadãos dos Estados dos povos colonizados igualdade de acesso a direitos, promovendo a sua plena integração na sociedade portuguesa através de uma política pública que efetive a igualdade de tratamento e de acesso a direitos, a concessão do estatuto de cidadão da CPLP, trabalhar na questão dos vistos articulada com a União Europeia que permita uma circulação de pessoas e bens com um mínimo de barreiras/burocracias entre os Estados que integram a comunidade.

Os cidadãos dos Estados africanos, cujos povos foram colonizados por Portugal, os portugueses descendentes dos povos africanos colonizados, os africanos descendentes de portugueses que combateram o colonialismo precisam de ser plenamente aceites, ouvidos e respeitados em Portugal.

Este é o início de uma conversa que deve ser feita para que a descolonização comece, finalmente, 50 anos depois das independências.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Entre meadas
Paula Cardoso

Encontrei um corpo na bagageira do Uber, mas não é dos "nossos"

Conhecemo-nos entre pausas para café. Ela e ele estavam em dupla, ao serviço de uma empresa de segurança, eu andava por ali a desdobrar-me entre painéis de discussão.

Conversa puxa conversa, fomos desfiando trivialidades quotidianas e enormidades trabalhistas quando as deslocações de Uber se tornaram tema.

Sem que nada o fizesse prever, ele contou-nos a surpresa de uma das últimas viagens: "Encontrei um corpo na bagageira."

Adepta ferrenha de séries e documentários de investigação criminal, pus-me imediatamente a imaginar um cenário com sangue, intervenção policial e um vigilante transformado em herói acidental. Viajei no meu enredo por escassos segundos, porque depressa a realidade da descrição se impôs.

Embora o meu horror continuasse a ser totalmente justificado e não restassem dúvidas sobre a natureza criminosa daquela realidade, os motivos eram completamente diferentes.

Para começar, o corpo encontrado estava bem vivo, e isso, garantiu a testemunha, sobressaía da forma como roncava.

"Acho que enquanto um dormia, o outro conduzia, e, dessa forma, o carro continuava a girar, sem parar", apontou, rápido nas associações. "Não me diga que nunca repararam nas fotos dos motoristas. Comecem a reparar. Vão ver que muitas vezes não batem certo com quem apanham ao volante!"

Assumi que tenho andado distraída, mais focada em matrículas e cores de carros, quando a colega juntou à conversa mais uma camada de indignidade quotidiana: "Com o preço que se cobra por um simples quarto, se calhar a bagageira tornou-se a única possibilidade de abrigo."

De repente instalou-se entre nós um silêncio sepulcral e algo cúmplice, próprio de quem partilha a consciência de que, qualquer que fosse a hipótese, ela representaria sempre condições de vida inaceitáveis num Estado que se quer de direito e com direitos para todas as pessoas.

Reconhecer isso implica ser humano, característica que, sem aparente constrangimento e com evidente acolhimento, cada vez mais gente revela não ter, evocando um Estado para "os nossos" e um Estado para "as outras pessoas".

Mas quem são "os nossos"? Quem são "as outras pessoas"?

As classificações vêm com uma série de construções desumanizantes, estrategicamente engendradas por sucessivos poderes para conservar privilégios, legitimar a exploração trabalhista e normalizar violações de Direitos Humanos.

É uma pessoa do nosso tempo, e não de outro, aquela que, em 2024, despreza Iqbalh Hossain porque decidiu que ele, por ser do Bangladesh, não é dos "nossos". Ou, escrito de outro modo, é inferior. Portanto, pouco importa que para proteger a filha do racismo e xenofobia crescentes em Portugal a tenha retirado do país e sofra com esse afastamento. O que interessa é saber se "cumpre as regras".

São igualmente pessoas do nosso tempo, ainda que corroídas de saudades de eras imperiais e coloniais, aquelas que, munidas de proteção policial, desfilam ódio racista pelas ruas e gozam do estatuto de "nacionalistas".

A quem serve este rótulo? Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura do Brasil, Grada Kilomba puxa pelos nossos questionamentos a partir dos seus.

"Não podemos esquecer que essa questão da nacionalidade e da nação é um dos instrumentos mais violentos, hoje em dia, em que nós excluímos quem é que pode pertencer e quem não, e quem é que pode atravessar quais nações. Tudo está ligado, e, portanto, não é nenhuma surpresa que tantas artistas e pensadoras pensem: 'Eu estou aqui, mas eu relaciono-me; a minha relação com o mundo vai para além da ideia de nação'."

Nascida em Portugal, com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe, residência na Alemanha e uma carreira sem fronteiras, Grada sublinha que "é muito importante perceber quem é incluído numa nação e quem é que pode representar uma nação". No fundo, "quais são os corpos que podem representar uma nação e que podem representar o cânone nacional, e também quais os corpos que atravessam várias diásporas", como o seu.

Lembrando os estragos da Conferência de Berlim de 1885, a artista multidisciplinar afirma: "Eu não estou interessada em representar uma nação. Estou interessada em questionar o que é uma nação [...], o que é interessante é desmembrar e entender de onde vêm estas construções [de nação e de nacionalidade], que estão intimamente ligadas com uma história de violência, com uma história colonial. Portanto, não devem ser repetidas com simplicidade."

Mas são, e continuarão a sê-lo enquanto insistirmos em ignorar o corpo na bagageira. Só e apenas por não ser "o nosso".

Fundadora do Afrolink.

Opinião
Francisco George

Opinião pessoal (XXVII)

Agora, 80 anos passados do Desembarque, estando eu assolado por notícias preocupantes sobre as guerras na Europa e no Médio Oriente, resolvi resumir o caminho que aqui nos trouxe a partir dos horrores que aconteceram durante a II Guerra Mundial, entre 1939 e 1945.

Como eu e o meu irmão gémeo (idêntico) nascemos dois anos depois, compreende-se que o tema da guerra tenha sido motivo de frequentes conversas em nossa casa a propósito de temas associados a assuntos políticos ou militares. Meu pai era filho e neto de ingleses e, por isso, viveu com elevada emoção aquele tempo de guerra. Costumava relatar todos os detalhes das diferentes etapas da guerra para nos explicar a importância que teve para todos nós a derrota da Alemanha. Dizia-nos que na altura costumava acompanhar as emissões da BBC e que frequentava o pequeno teatro no "quarteirão inglês", à Estrela, para ver os documentários filmados sobre o Blitz que aí eram regularmente projetados. Não escondia a sua preferência por Montgomery, Winston Churchill e Clement Attlee. Já perto da vitória dos Aliados, enaltecia o êxito do marechal Zhukov, que fez capitular Hitler, em Berlim, no final de abril de 1945. Descrevia-nos o conceito de heroísmo dos soldados aliados e dos *partisans* franceses na perspetiva da libertação das nações. Nunca mais esquecemos os seus ensinamentos.

É preciso substituir armas por acordos. É preciso impedir a destruição do planeta e de quem o habita, uma vez que explosões nucleares poderão, em pouco tempo, tudo e todos destruir.

Por outro lado, a decisão tomada pelo presidente Truman dos EUA em lançar bombas atómicas para conseguir precipitar a rendição do Japão foi sempre muito criticada. Como se sabe, primeiro em Hiroshima, a 6 de agosto (bomba de urânio), e três dias depois uma outra explosão atómica à base de plutónio em Nagasaki provocaram instantaneamente 120 mil mortes, sem contar com os efeitos radioativos que durante semanas, meses e anos atingiram muitos milhares de pessoas. Um imenso pavor.

Os cenários de hoje, 80 anos depois da Normandia, representam novas ameaças. Mas de dimensão global, sublinho.

Preciso.

Nos últimos dois anos, incessantes disputas belicistas constituem motivo de inquietação, uma vez que os armamentos atuais estão preparados para lançarem (por terra, mar e ar) inúmeras ogivas nucleares. Confirmadamente. Há quem equacione a possibilidade de eclodir uma III Guerra Mundial. Os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia ou entre Israel e as populações da Palestina (e do Irão) poderão servir de ignição para tal.

Na minha opinião, baseada só em presunções, os portugueses não gostam de conflitos armados. Tanto mais que uma nova guerra na Europa conduziria a uma devastação inimaginável, atendendo ao imenso poder de destruição massiva das armas atómicas existentes, muito mais poderosas do que as explosões de 1945.

Devem ser um alerta não só para todos os povos europeus, como também a nível mundial, em termos de sobrevivência coletiva para "os dois lados".

Estou em crer que há ainda tempo para serem aproximadas soluções imediatas na perspetiva da paz.

É preciso substituir armas por acordos. É preciso impedir a destruição do planeta e de quem o habita, uma vez que explosões nucleares poderão, em pouco tempo, tudo e todos destruir.

Mais do que nunca, estou convencido de que seriam necessários outros líderes mundiais, mas com a dimensão de António Guterres. Diria, desde já, em Moscovo, Kiev, Washington, Telavive, Gaza, Teerão, Berlim, Paris e Bruxelas.

Ex-diretor-geral da Saúde.
franciscogeorge@icloud.com

Governo quer contratar com municípios 13 mil fogos nos próximos dias

HABITAÇÃO Autarquias assinam termo de responsabilidade das candidaturas para agilizar investimento de 1,8 mil milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência na construção de casas para famílias vulneráveis. Têm de estar habitadas até 20 de junho de 2026.

TEXTO **SÓNIA SANTOS PEREIRA**

O governo assinou ontem com os municípios do Alentejo e do Algarve os primeiros termos de responsabilidade e aceitação para a construção ou reabilitação de casas para famílias vulneráveis, projeto financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Até 20 de junho, o Executivo de Luís Montenegro quer pôr em marcha todos os fogos que estão inscritos neste programa. O objetivo é lançar no terreno a metade remanescente das 26 mil casas projetadas para responder às carências habitacionais destes agregados. As autarquias têm aqui um papel decisivo, já que vão assumir que as candidaturas destes fogos cumprem as regras exigidas.

O ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, celebrou termos de responsabilidade com 24 autarquias do Alentejo, contratos que visam a construção de 655 fogos, num investimento de 59,6 milhões de euros, e com cinco municípios do Algarve, região que candidatou 317 casas, num total de 46 milhões de euros.

A corrida para acelerar a aplicação das verbas do PRR em habitação tem hoje paragem no Porto, onde 40 autarcas da região Norte vão responsabilizar-se pelo desenvolvimento de 1459 fogos, que exigem um investimento de 185,2 milhões. Ainda hoje serão formalizadas mais 440 habitações na região Centro, inscritas por 14 municípios e que carecem de 37,2 milhões para a sua execução.

Com esta parceria com as autarquias, o governo dá esta semana seguimento a pelo menos 2871 fogos destinados às famílias mais vulneráveis. O número poderá ser maior, pois ainda há câmaras a aderir a esta modalidade de agilização das verbas, apresentada em maio com o programa da coligação AD para a habitação designado Construir Portugal.

Certo é que o ministro das Infraestruturas e Habitação quer fechar rapidamente este dossiê. Como afirmou ontem, "na próxima semana, no dia 20, já com Lisboa, [...] concluiremos todo esse processo e no final estamos a falar de 26 mil fogos, 13 mil que vinham já de trás, mais agora estes 13 mil que estamos a concluir".

No âmbito do PRR, o país comprometeu-se a construir ou reabilitar 26 mil fogos, num investimento total de 1,8 mil milhões de euros, que têm de estar habitados pelas famílias selecionadas até 30 de junho de 2026, ou perde as verbas europeias. As candidaturas das autarquias deveriam ser todas avaliadas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), mas o organismo não conseguiu dar resposta ao elevado número de processos. Neste contexto, o governo apostou na responsabilização das câmaras pelos projetos submetidos.

Miguel Pinto Luz, ministro das Infraestruturas e Habitação, assina termos de responsabilidade com o município de Lisboa na próxima semana.

> Num primeiro momento, a Associação Nacional de Municípios Portugueses recusou esta solução de responsabilização, mas acabou por aceitar este mecanismo para acelerar a resposta à crise de habitação.

Num primeiro momento, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) recusou esta solução, mas acabou por aceder a este mecanismo para agilizar a construção das casas até ao verão de 2026. Na semana passada, Luísa Salgueiro, presidente da ANMP, disse à Lusa que, "tratando-se de uma medida que visa acelerar a execução do PRR e que remete para a análise de cada um dos autarcas, que terá de avaliar se está ou não em condições de garantir que as candidaturas em análise no IHRU cumprem as regras aplicadas, a ANMP não se opõe".

Na sexta-feira, o governo publicou em *Diário da República* a portaria que define este modelo. Segundo o articulado, após a celebração do termo de responsabilidade, o IHRU "fará a primeira libertação de verbas até 25 % do financiamento das despesas elegíveis, que assume a natureza de adiantamento".

Em Évora, aquando da assinatura dos termos de responsabilidade com os municípios do Alentejo, Pinto Luz considerou a formalização destes contratos "muito importante", porque "permite a cada um dos municípios iniciarem todos os procedimentos, nomeadamente concursais, para avançarem com a obra". O ministro, que esteve acompanhado pelo titular da pasta da Coesão Territorial, Castro Almeida, afirmou que o Executivo está numa "grande aliança nacional" com os autarcas e as empresas de construção. E desafiou ainda os governantes locais a ,"além de começarem a lançar as obras", fazerem "também já a análise de candidaturas para potenciais famílias e utilizadores destas casas".

sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

MUNICÍPIOS

NORTE
1459 fogos
São 185,2 milhões de euros para 40 municípios: Amarante, Arcos de Valdevez, Braga, Porto, São João da Madeira, Vila do Conde, Alfândega da Fé, Arouca, Cabeceiras de Basto, Carrazeda de Ansiães, Celorico de Basto, Chaves, Cinfães, Fafe, Guimarães, Lamego, Maia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mirandela, Moimenta da Beira, Montalegre, Paços de Ferreira, Paredes, Peso da Régua, Sabrosa, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Torre de Moncorvo, Vale de Cambra, Valongo, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Vinhais e Vizela.

ALENTEJO
655 fogos
São 59,6 milhões de euros para 24 municípios: Alcácer do Sal, Alpiarça, Alter do Chão, Alvito, Arronches, Benavente, Campo Maior, Cartaxo, Castelo de Vide, Elvas, Évora, Golegã, Marvão, Montemor-o-Novo, Nisa, Odemira, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Santarém, Santiago do Cacém, Sines, Sousel, Vendas Novas e Vila Viçosa.

CENTRO
440 fogos
São 37,2 milhões de euros para 14 municípios: Águeda, Condeixa-a-Nova e Fundão, Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Castro Daire, Coimbra, Figueira da Foz, Góis, Ílhavo, Leiria, Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Viseu.

ALGARVE
317 fogos
São 46 milhões de euros para cinco municípios: Alcoutim, Lagos, Loulé, Monchique e Portimão.

O CEO da ANA, Thierry Ligonnière, e o presidente, José Luís Arnaut.

ANA Aeroportos e governo ainda não se reuniram após decisão por Alcochete

AUDIÇÃO As obras não realizadas na Portela foram decididas em conjunto com o governo anterior, diz o presidente da empresa gestora dos aeroportos nacionais.

A ANA Aeroportos ainda não se reuniu com o Executivo sobre o novo aeroporto de Lisboa desde a decisão de que será construído em Alcochete. "Ainda não falámos com o governo sobre essa matéria, não sabemos o que o governo pensa, sabemos o que está na resolução do Conselho de Ministros, não nos cabe falar aqui do que ainda não falámos com o governo", disse José Luís Arnaut, presidente da gestora dos aeroportos nacionais, que ontem foi ouvido na Comissão Parlamentar de Economia, Obras Públicas e Habitação a propósito da venda da ANA ao grupo francês Vinci e a sua gestão após a privatização, por requerimento do PCP.

O gestor e ex-ministro de governos PSD sublinhou que, depois da decisão sobre o novo aeroporto, a ANA tem cinco meses para apresentar ao governo um plano e depois uma primeira estimativa de quanto a nova infraestrutura aeroportuária vai custar. Após isso, será criada a comissão de negociação, com elementos do governo e da ANA, para decidir como e por quem serão suportados os custos do novo aeroporto de Lisboa, a localizar no Campo de Tiro de Alcochete.

No dia em que foi conhecida a decisão do Executivo sobre o novo aeroporto, em maio, a ANA disse que estava disponível para trabalhar na decisão do governo de avançar com um aeroporto em Alcochete e de aumentar a capacidade da Portela até à entrada em funcionamento da nova infraestrutura. Isso apesar de ter manifestado publicamente a sua preferência por um aeroporto no Montijo, para o qual chegou a apresentar um projeto.

Quanto às obras no Aeroporto Humberto Delgado, José Luís Arnaut disse que os trabalhos não realizados foram decididos em conjunto com o governo anterior, enquanto se aguardavam decisões sobre a nova infraestrutura. "Houve investimentos que foram adiados tendo em consideração o modelo de desenvolvimento que se ia fazer, se era [aeroporto] complementar ou novo aeroporto", vincou o presidente da ANA, acrescentando que essa suspensão de algumas obras "foi acordada com os governos".

Já o presidente executivo, Thierry Ligonnière, afirmou que a ANA tem feito sempre investimentos, mas são menos visíveis para os passageiros, caso de investimentos em segurança e na capacidade de estacionamento.

Em fevereiro, antes das eleições legislativas, Luís Montenegro (então líder da Aliança Democrática e atual primeiro-ministro) acusou o então governo do PS (em particular o ex-ministro das Infraestruturas e atual líder do PS, Pedro Nuno Santos) de "falta de coragem" para obrigar a concessionária a fazer obras no atual aeroporto de Lisboa, considerando que foi complacente com a empresa que gere os aeroportos e recordando que o acordo assinado entre PSD e o Executivo socialista previa a realização de obras imediatas na atual infraestrutura da capital.

Thierry Ligonnière disse ainda que os trabalhadores da empresa são "bem tratados", elencando o aumento salarial médio, os prémios atribuídos, benefícios como seguros de saúde e poderem comprar ações da Vinci. Na semana passada, os órgãos representativos dos trabalhadores da ANA, ouvidos no Parlamento também por requerimento do PCP, consideraram que a privatização da empresa, há mais de 10 anos, trouxe um aumento da precariedade nos aeroportos nacionais.

DV/LUSA

Operadores faturam mais 9% com pacotes de serviços

As empresas de telecomunicações faturaram no primeiro trimestre 540 milhões de euros pelos serviços fornecidos em pacote, mais 9% do que nos primeiros três meses de 2023, segundo a Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom). Este valor representa 53,4% do total das receitas retalhistas, com o regulador a realçar que "há três trimestres consecutivos que se tem vindo a registar um crescimento anual em torno de 9%, o que não ocorria desde 2016".

Dos 540 milhões de euros encaixados pelos operadores, 68,5% correspondem a receita de pacotes com quatro ou cinco serviços agregados. Os dados indicam ainda que 86,6% das receitas de pacotes têm origem no segmento residencial. Entre janeiro e março, cada subscritor pagou 38,51 euros mensais, em média. Trata-se de um crescimento de 6,4% da receita média mensal por cliente, sendo este "o maior crescimento anual desde 2016".

No final do primeiro trimestre havia 4,7 milhões de subscritores de pacotes de serviços, mais 2,3% face a igual período de 2023. A Anacom salienta que "o crescimento está exclusivamente associado às ofertas 4/5P [com quatro ou cinco serviços agregados]", que captaram mais 155 mil assinantes.

"As ofertas 4/5P foram as mais utilizadas, contando com 2,6 milhões de subscritores (56,4% do total de subscritores de ofertas em pacote), seguindo-se as ofertas 3P [três serviços combinados no mesmo pacote], com 1,6 milhões de subscritores (35%). As ofertas 3P verificaram o maior decréscimo anual desde 2015 (-2,9%)", diz a Anacom.

A MEO continua a ser o operador com maior quota de subscritores de serviços (41,6%), seguida da NOS (35,1%), da Vodafone (20,5%) e da Nowo (2,7%).

JOSÉ VARELA RODRIGUES
jose.rodrigues@dinheirovivo.pt

Opinião
Ana Jacinto

Eleições europeias – sempre importantes, mas porquê?

Por tradição, o português não é muito entusiasta no que a ir votar diz respeito, pelo menos quando o tema é a política. A cada eleição, se a abstenção fosse um partido, frequente e facilmente sairia vencedora, chegando mesmo à maioria absoluta. Acontece assim nas eleições autárquicas e legislativas e mais ainda sempre que se trata de eleições para o Parlamento Europeu.

Se recorrermos a dados e factos, estes não nos deixam grandes dúvidas e corroboram o que acabei de afirmar. Nas eleições legislativas passámos de uma abstenção de 8,5% em 1975 para uma abstenção de 40,2% nas últimas eleições, já este ano. Nas autárquicas o cenário não é muito diferente, e desde 1976 até 2021 conseguimos passar de uma taxa de abstenção de 26,2% em 1979 para 46,4% em 2021.

Este ano, apesar de o tempo até convidar ao voto, leia-se tempo mais cinzento um pouco por todo o país, e apesar da antecipação e da mobilidade, a abstenção voltou a fazer das suas, atingindo quase 63%. Embora inferior ao valor de 2019, para mim continua preocupante.

À medida que o tempo foi passando, parece que foi esmorecendo esta nossa vontade de participar ativamente em qualquer eleição, ou porque fomos dando por garantido este direito, ou porque nos deixámos invadir por alguma descrença ou desmotivação por causas que não cabe aqui escalpelizar.

Para as eleições europeias pode haver ainda outras justificações, seja porque não há um verdadeiro escrutínio por parte dos portugueses do trabalho que é feito pelos nossos deputados e deputadas e as causas que defendem, seja porque acontecem "lá longe", julgando que por isso não impactam tanto na nossa vida. Nada de mais errado.

Por vezes esquecemos que o resultado das eleições europeias tem um impacto enorme sobre todos nós. O Parlamento Europeu adota leis com repercussões sobre todos: países de grande e pequena dimensão, empresas poderosas e jovens empresas, tanto a nível local como global.

A legislação da UE abrange as prioridades das pessoas e empresas: ambiente, segurança, migração, políticas sociais, direitos dos consumidores, economia, Estado de direito, e muitas mais. Atualmente, todos os assuntos de relevância nacional comportam também uma perspetiva europeia.

São inúmeros os exemplos de regras que temos de cumprir e que advêm de diretivas que mais tarde são transpostas para a nossa legislação nacional ou de regulamentos que se aplicam diretamente. Muitas são as leis, obrigações, regras e metas decididas na Europa que não deixam grande margem para que as possamos mudar, e daí a importância dos nossos deputados(as) europeus, que podem e devem influenciar o Parlamento no melhor interesse de Portugal. Basta dizer que há domínios ou áreas políticas onde cerca de 50% da legislação dos Estados-membros advêm de legislação europeia.

No Parlamento Europeu, dos 720 eurodeputados(as), hoje temos 21 portugueses(as) e o que esperamos é que façam um bom trabalho. Que tenham um contributo ativo. Que façam as perguntas certas e conquistem a confiança dos pares, que entendam o que é fundamental para Portugal e encontrem os compromissos certos entre os interesses nacionais e os interesses europeus, que concedam o seu voto ... mas para verem a sua posição refletida nos textos finais.

Uma coisa é certa, não demos, como devíamos ter dado, a devida importância às eleições europeias. Próxima oportunidade, só daqui a cinco anos…

Secretária-geral da AHRESP.

Macron firme no Eliseu, enquanto direita entra em crise devido a aliança com Le Pen

FRANÇA Presidente acredita que o seu partido vai ganhar as legislativas e diz-se disponível para um debate com Marine Le Pen. Líder d'Os Republicanos avançou com acordo entre o seu partido e a RN, o que levou a pedirem a sua demissão.

TEXTO **ANA MEIRELES**

MIGUEL MEDINA / AFP

O presidente francês garantiu que vai cumprir o seu mandato, independentemente dos resultados das legislativas .antecipadas.

> *"Estou a pensar apenas na França. Foi a decisão certa, no interesse do país. [...] E digo aos franceses: 'Não tenham medo, vão votar'."*
>
> **Emmanuel Macron**
> *Presidente de França*

> *"Precisamos de uma aliança com a RN, com os seus candidatos, com todos aqueles que se encontram nas ideias de direita, nos valores de direita."*
>
> **Éric Ciotti**
> *Presidente d'Os Republicanos*

Emmanuel Macron garantiu ontem que continuará a ser presidente de França independentemente do resultado das eleições antecipadas que convocou para combater a ascensão da Reunião Nacional, o partido de extrema-direita de Marine Le Pen que venceu as europeias francesas deste domingo. Mas deixou claro qual é o seu espírito: "Vou para ganhar!"

"Não é a RN que escreve a Constituição, nem o seu espírito", afirmou o chefe de Estado francês à *Le Figaro Magazine* quando questionado sobre o que faria se a Reunião Nacional ganhasse as legislativas de 30 de junho e 7 de julho e pedisse a sua demissão. "As instituições são claras, o lugar do presidente é claro e continua a ser claro seja qual for o resultado", acrescentou.

Macron disse estar preparado para debater novamente com Marine Le Pen, contra quem concorreu nas duas últimas eleições presidenciais. "Claro! Estou pronto para usar as nossas cores e defender o nosso projeto." E encarou de forma bem-disposta a questão sobre se era "louco" por dissolver o Parlamento e convocar eleições em tão pouco tempo. "Estou a pensar apenas na França. Foi a decisão certa, no interesse do país", respondeu. "E digo aos franceses: 'Não tenham medo, vão votar'."

Esta vai ser a mais curta campanha eleitoral da Quinta República francesa – ou seja, desde 1958 –, e uma sondagem Harris Interactive-Toluna publicada na segunda-feira sugere que apenas 19% dos eleitores mostra intenções de votar no partido de Macron, em comparação com 34% na RN de Marine Le Pen e Jordan Bardella, o presidente do partido e candidato a primeiro-ministro nestas legislativas.

A esquerda francesa decidiu pôr de lado as diferenças que destruíram a sua aliança parlamentar, com socialistas, Verdes, comunistas e a França Insubmissa, de extrema-esquerda, a tornarem público que iriam "apoiar candidaturas conjuntas desde a primeira volta" das eleições – a estratégia que lhes rendeu 151 lugares entre os 577 do Parlamento em junho de 2022.

No campo da direita, união parece longe de ser a palavra de ordem. O líder d'Os Republicanos (LR), a principal força de direita em França, disse ontem apoiar uma aliança com a extrema-direita de Le Pen nestas legislativas antecipadas, desencadeando uma crise dentro do seu partido. Com este anúncio, Ciotti é o primeiro líder de um partido tradicional que apoia uma aliança com a RN.

"Precisamos de uma aliança com a RN, com os seus candidatos, com todos aqueles que se encontram nas ideias de direita, nos valores de direita. [...] Espero que a minha família política avance nesta direção", defendeu, acrescentando que já manteve discussões com Marine Le Pen e Jordan Bardella. Le Pen elogiou "a escolha corajosa" e o "sentido de responsabilidade" de Ciotti, dizendo esperar que um número significativo de figuras do LR o sigam.

No entanto, a decisão de Ciotti, que, segundo ele, visava criar um grupo "significativo" na nova Assembleia Nacional após as eleições, corre o risco de dividir o seu próprio partido. "Vejo todos atualmente a pedir coligações, alianças, pequenas combinações. Digo já: não acredito nisso", afirmou Laurent Wauquiez, líder da região central de Auvergne-Rhône-Alpes e visto como um potencial candidato presidencial do LR para 2027.

Ciotti "mentiu-nos", declarou, por seu turno, Bruno Retailleau, líder dos republicanos no Senado, acrescentando que "isto é deslealdade". Também o presidente do Senado, Gérard Larcher, uma figura de peso do LR, disse que "nunca engoliria" um acordo com a RN e foi um entre muitos a pedir a demissão de Ciotti. O cabeça de lista do LR às europeias, François-Xavier Bellamy, também rejeitou qualquer aliança com o Reunião Nacional, alegando que "seria uma escolha inútil para o país".

Várias figuras de topo d'Os Republicanos – entre os quais Larcher, Wauquiez, o líder do grupo parlamentar do LR na Assembleia Nacional, Olivier Marleix ou a presidente do Conselho Regional da Île-de-France, Valérie Pécresse – assinaram um artigo ontem à tarde no *Le Figaro* no qual sublinham que "a posição expressa por Éric Ciotti é um beco sem saída" para a direita. Dois senadores do LR, Sophie Primas e Jean-François Husson, anunciaram a saída do partido.

Apesar dos pedidos de demissão, Ciotti recusou-se a fazê-lo para já, garantindo que "não cederá" às pressões e que "só os militantes poderão tirar-lhe o mandato". Do seu lado estão o presidente da juventude do LR, Guilhem Carayon, a eurodeputada Céline Imart e a deputada Christelle d'Intorni.

Uma aliança entre forças de extrema-direita parece para já afastada. Depois de se reunir com Bardella e Le Pen na segunda-feira, Marion Maréchal, sobrinha de Marine Le Pen e uma das vice-presidentes do Reconquista!, lamentou ontem "uma mudança de posição" da RN, que "recusa o princípio de um acordo" com o seu partido. "O argumento lamentável que me foi apresentado é que não queriam qualquer associação direta ou indireta com Éric Zemmour", escreveu num comunicado, referindo-se ao presidente do partido.

ana.meireles@dn.pt

POR ESSA EUROPA FORA

Orbán defende união da extrema-direita

Já o tinha dito antes das eleições e reafirmou-o ontem: o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, defendeu a união dos dois grupos de partidos de direita e de extrema-direita no Parlamento Europeu para formar uma nova fação, que também incorporaria o seu Fidesz. Neste momento, a extrema-direita no PE divide-se entre os Conservadores e Reformistas (CRE) e o Identidade e Democracia (ID). "Se o CRE e o ID se unirem finalmente e o Fidesz se juntar a eles, poderemos formar a segunda maior fação do Parlamento Europeu", atrás apenas do Partido Popular Europeu (PPE), afirmou Orbán em entrevista ao portal Index. De facto, o PPE obteve 186 eurodeputados, enquanto os Socialistas e Democratas, o segundo grupo, tem 135. Ora, se somarmos os 73 do CRE, os 58 do ID e os 11 do Fidesz, que estão como não inscritos desde que saíram do PPE para evitar a expulsão, obteríamos 142. A surpresa na Hungria foi o Tisza, do opositor Péter Magyar, que conseguiu 30% dos votos e garantiu 7 lugares no PE.

Ursula fora de negociação de altos cargos?

A tensão entre o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, não é nova – quem não se lembra do Sofagate, quando numa visita à Turquia, em 2021, Michel ocupou a cadeira ao lado do presidente Erdogan, relegando Von der Leyen para um sofá –, mas parece longe do fim. Segundo sete fontes diferentes citadas pelo *Politico*, o presidente do Conselho Europeu quer deixar a presidente da Comissão – que procura um segundo mandato – de fora do encontro informal de líderes da próxima segunda-feira, no qual serão discutidas as lideranças das instituições europeias (Conselho, Parlamento e Comissão, além do próximo chefe da diplomacia da UE). Segundo algumas fontes europeias, Michel estaria a levar a rivalidade com Von der Leyen ao extremo, procurando travar a sua reeleição, enquanto ele próprio estaria a tentar apresentar-se como possível candidato à sucessão de Josep Borrel como líder da diplomacia.

Governo austríaco quer eleições

O governo austríaco (coligação entre o conservador ÖVP e os Verdes) anunciou ontem que pretende realizar eleições legislativas a 29 de setembro, embora a data tenha de ser ratificada pelo Parlamento. "Na reunião do Conselho de Ministros será fixada a data de 29 de setembro para as eleições do Conselho Nacional", anunciou o chanceler Karl Nehammer na sua conta na rede social X. Esta data já fora antecipada em fevereiro passado. O anúncio de Nehammer surge na sequência da vitória nas europeias de domingo do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), de extrema-direita, favorito para as eleições de setembro, em sintonia com os resultados em outros países do bloco europeu. O FPÖ, partido fundado por antigos nazis, obteve 25,4% dos votos nas europeias, uma vitória sem precedentes neste país. Entretanto, o FPÖ apelou à nomeação de um comissário europeu para a "remigração", conceito que visa a expulsão em massa de estrangeiros e a obrigação de assimilação para os cidadãos naturalizados.

PD quer oposição unida contra Meloni

Depois do bom resultado do seu Partido Democrático (PD, de centro-esquerda) nas europeias de domingo, que foi segundo com 24% dos votos (e elegeu 21 eurodeputados), atrás dos Irmãos de Itália, da primeira-ministro, Giorgia Meloni (28,8% e 24 lugares no Parlamento Europeu), a líder Elly Schlein reiterou ontem o apelo às forças de oposição para que se unam contra a coligação de governo (que junta os Irmãos de Itália, a Liga, de Matteo Salvini, e o Força Itália). "O Partido Democrata é a pedra angular indiscutível da construção da alternativa (à coligação governante)", disse Schlein numa reunião de legisladores do PD. Na coligação de governo, se Meloni saiu reforçada destas europeias, o Força Itália subiu de 8,7% há cinco anos para 10% e a Liga, de Salvini, passou de 34% em 2019 para 9% (de 28 para 8 eurodeputados). Na oposição de esquerda os resultados foram tudo menos homogéneos, mas resta saber se os vários partidos se irão conseguir entender.

Análise
Germano Almeida

O fim da Europa pode esperar

O projeto europeu enfrenta grandes e arriscados desafios – mas as notícias sobre a onda gigantesca e imparável da extrema-direita revelaram-se francamente exageradas.

Macron e Scholz foram os grandes perdedores da noite das europeias – ainda que em doses diferentes.

O grande terramoto foi em França, com a vitória da extrema-direita do Bardella e Le Pen (mais do dobro dos votos do Besoin d'Europe, a coligação do presidente Macron). Há cinco anos, o Rassemblement National tinha ganho por menos de um ponto percentual. No domingo passado, goleou por 16 pontos e meio. Haverá eleições legislativas antecipadas em França, já no fim do mês: resta saber se Macron ainda tem forma de terminar o segundo mandato com margem política – ou se estará condenado a assistir à ascensão da extrema-direita até à conquista do Eliseu por parte de Le Pen, em 2027.

O caso alemão é bastante diferente. Os 13,9% do SPD, dois pontos percentuais atrás da AfD, serão cartão quase vermelho do eleitorado ao governo de Scholz – e constituem o pior resultado de sempre para os sociais-democratas na Alemanha. Mas calma: a extrema-direita subiu em relação a 2019 – 11% há cinco anos –, mas os 15,9% estão até bem abaixo do que já chegou a atingir em sondagens para as legislativas. E não podemos esquecer-nos que quem venceu com grande distância as europeias na Alemanha foi a CDU/CSU – a coligação de centro-direita que reforçou a liderança europeia da Alemanha, com Kohl e Merkel, embora tenha *nuances* mais direitistas para fazer face ao crescimento da Alternativa para a Alemanha.

Mesmo assim, se somarmos os 30% da CDU com quase 14% do SPD, os 12% dos Verdes e os 5% dos liberais, concluímos que perfazem uns (ainda) confortáveis 61% de opções claramente europeístas e pró-ucranianas do eleitorado do país mais rico e mais influente da União Europeia.

Há um fenómeno a ter em conta no caso alemão de domingo passado: o BSW (Bündnis Sahra Wagenknecht), partido de extrema-esquerda com laivos de anti-imigração e posicionamento pró-russo, criado por dissidentes do Die Linke, a esquerda alemã, obteve preocupantes 6,2%, quase o triplo do *score* do partido originário (2,7%). Como se posicionará este estranho BSW na composição das famílias políticas no Parlamento Europeu?

Houve outros episódios dignos de estranheza e preocupação, como, por exemplo, os 4,6% do espanhol Se Acabó La Fiesta, nova composição política à extrema-direita que se estreou logo com três mandatos, mitigando com isso o resultado do Vox (abaixo dos 10%, seis eleitos).

Meloni teve vitória esperada em Itália (mas não retumbante, quatro pontos e meio acima do PD, centro-esquerda). E convém olhar para a Liga de Salvini: levou um tombo de 25 pontos percentuais (tinha tido 34% em 2019, caiu para 9%).

> **Sim, os extremismos e populismos subiram. Mas muito menos do que se projetou e temeu.**

Sim, os extremismos e populismos subiram. Mas muito menos do que se projetou e temeu. A soma dos grupos ECR e ID atinge 132 eurodeputados – nem sequer dá para ultrapassar os socialistas/sociais-democratas, que se aguentaram nos 135. Está longe de ser líquido que os muitos "não inscritos" da área extremista e populista sejam capazes de formar novo grupo.

O PPE foi o grande vencedor: não só manteve a liderança como subiu para 191 mandatos. Ganhou em 11 Estados-membros. Os socialistas ganharam em seis. Liberais, ECR (direita conservadora e populista), ID (direita radical e extrema-direita) e não inscritos ganharam, cada um deles, em dois países. A esquerda venceu na Irlanda.

Já não dará para fazer maioria entre PPE, Liberais e Verdes (estes foram os grandes perdedores, baixando para 53), mas deverá prevalecer uma coligação centro-direita/centro-esquerda a três, com PPE, socialistas e liberais – mantendo-se assim perfeitamente possível que prevaleça no Parlamento Europeu um consenso alargado em temas como a ajuda à Ucrânia.

O que poderá estar em causa é a "agenda verde" e o Green New Deal, temas fortes no período 2019-2024, sobretudo até à pandemia e às guerras. Boa notícia: em quatro países não se confirmaram favoritismos de populistas/extremistas – Países Baixos, Polónia, Suécia, Eslováquia.

A Europa corre riscos e os próximos anos serão decisivos. Mas quem vaticinou o seu fim vai ter de esperar.

Especialista em política internacional.

Zelensky discursou ontem no Parlamento alemão.

EPA/FILIP SINGER

Zelensky diz que Ucrânia não pode ter um "muro"

GUERRA Ursula von der Leyen anunciou a entrega de 1,5 mil milhões de euros e o início das negociações para a adesão à UE ainda este mês.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Volodymyr Zelensky afirmou ontem que a Ucrânia não deve ser dividida, traçando paralelos com o Muro de Berlim num discurso no Parlamento alemão, que foi boicotado pela extrema-direita e extrema-esquerda. "Vocês podem entender por que estamos a lutar tão arduamente contra as tentativas da Rússia de nos dividir, de dividir a Ucrânia. Por que estamos a fazer absolutamente tudo para evitar um muro entre partes do nosso país", disse o presidente ucraniano aos deputados alemães.

No mesmo discurso, Zelensky classificou como "perigosa" a retórica pró-russa atribuída aos partidos de extrema-direita na Europa, na sequência do avanço eleitoral destas forças nas recentes eleições europeias. "É perigoso – não para a Ucrânia, porque já estamos na situação mais perigosa, estamos em guerra – mas os *slogans* radicais pró-russos são perigosos para os vossos países", disse.

A maioria dos deputados do partido alemão de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD), bem como os deputados de um partido nacionalista de esquerda, boicotaram o discurso de Zelensky no hemiciclo. Quando subiu ao púlpito, sob aplausos, o presidente ucraniano viu-se confrontado com os lugares deixados vazios por quase todos os 77 deputados da AfD. A mesma atitude teve a maior parte dos 10 deputados do novo partido de esquerda radical BSW. "Recusamo-nos a ouvir um orador vestido com um camuflado", explicou a direção da AfD, acrescentando que "a Ucrânia não precisa de um presidente da guerra, mas de um presidente da paz". Já o BSW afirmou querer enviar "um sinal de solidariedade a todos os ucranianos que querem um cessar-fogo imediato e uma solução negociada".

Este foi o culminar de um dia que Zelensky passou em Berlim, para assistir à terceira Conferência Internacional para a Reconstrução da Ucrânia, onde recebeu boas notícias e deixou alguns recados. Duas boas notícias vieram da presidente da Comissão Europeia, que anunciou que Bruxelas vai, pela primeira vez, mobilizar em julho 1,5 mil milhões de euros para a Ucrânia obtidos a partir dos lucros com bens russos congelados, disponibilizando ainda 1,9 mil milhões em apoio financeiro europeu a Kiev. Ursula von der Leyen adiantou ainda que as conversações com a Ucrânia para aderir à União Europeia começarão no final deste mês.

De Bruxelas veio também a notícia de que foi proposto aos 27 Estados-membros estender o direito dos refugiados ucranianos de permanecerem no bloco por mais um ano, até março de 2026 – atualmente, quase 4,2 milhões de ucranianos estão registados como refugiados na UE, sendo a Alemanha, a Polónia e a República Checa os países que acolhem os maiores números.

Já o Banco Europeu de Investimento anunciou que nesta reunião em Berlim iria assinar "acordos para novos financiamentos, entregando mais de mil milhões em apoio às pequenas e médias empresas na Ucrânia e para reconstruir infraestruturas nas cidades ucranianas, como hospitais, jardins-de-infância, escolas e também abastecimento de água", conforme explicou a sua presidente, a espanhola Nadia Calviño.

Zelensky, por seu turno, pediu mais sistemas de defesa aérea para proteger as cidades da Ucrânia e a sua infraestrutura energética, argumentando que são a resposta para travar a invasão russa. "É o terror inspirado por mísseis e bombas que ajuda as tropas russas a avançar no terreno", disse Zelensky na conferência. "Enquanto não privarmos a Rússia da possibilidade de aterrorizar a Ucrânia, Putin não terá interesse real em procurar uma paz justa", acrescentou, assegurando que "a defesa aérea é a resposta". Logo na abertura dos trabalhos, o chanceler alemão, Olaf Scholz, instou os aliados a reforçarem as defesas aéreas da Ucrânia, anunciando ainda que a Alemanha decidiu entregar a Kiev um terceiro sistema de defesa antiaérea Patriot e Iris-TSLM, tanques com armamento antiaéreo Gepard, mísseis e munições de artilharia.

Blinken pede a Hamas para aceitar acordo de trégua

ISRAEL Estados Unidos anunciaram novo pacote de 404 milhões de dólares de ajuda aos palestinianos e pediram para que outros países também contribuam.

O secretário de Estado norte-americano pediu esta terça-feira ao Hamas para aceitar a trégua e o acordo de libertação de reféns promovido pelos Estados Unidos, enquanto em Gaza continuavam os ataques israelitas e a Jordânia organizou uma cimeira de emergência para o território palestiniano devastado pela guerra.

Ainda em Israel, Antony Blinken garantiu que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu "reafirmou o seu compromisso" com a proposta de cessação das hostilidades por seis semanas, que também foi apoiada por uma votação no Conselho de Segurança da ONU. "Todos disseram que sim, exceto o Hamas", afirmou o norte-americano. "E se o Hamas não disser sim, então isso é claramente culpa deles".

O Conselho de Segurança da ONU aprovou na segunda-feira o plano de cessar-fogo dos Estados Unidos, numa resolução que expressava apoio à iniciativa e instava o Hamas a aceitá-la. O grupo islamista disse que "acolhe com satisfação" os elementos da resolução e também reafirmou a sua vontade de se envolver com mediadores. No entanto, insistiu num cessar-fogo permanente, contrastando com a posição de Netanyahu, que enfatiza o regresso dos reféns e o desmantelamento do Hamas.

A etapa seguinte desta oitava visita ao Médio Oriente de Blinken desde 7 de outubro foi a Jordânia, para participar numa cimeira de emergência para Gaza, ao lado de líderes do mundo árabe e de outros países, com o objetivo de resolver a crise humanitária de Gaza.

"O horror tem de parar", declarou o secretário-geral da ONU na conferência, expressando o seu apoio ao plano de trégua delineado pelo presidente dos EUA, Joe Biden, no final do mês passado. "A velocidade e a escala da carnificina e da matança em Gaza estão além de qualquer coisa nos meus anos como secretário-geral", prosseguiu António Guterres. Já o coordenador humanitário dadas Nações Unidas, Martin Griffiths, classificou o conflito de Gaza como uma "mancha na nossa humanidade" e apelou a 2,5 mil milhões de dólares (cerca de 2,3 mil milhões de euros) em financiamento até ao final do ano.

Blinken, por seu turno, anunciou um novo pacote de 404 milhões de dólares (cerca de 376 milhões de euros) de ajuda aos palestinianos, exortando outros países a fazer o mesmo. "Alguns expressaram grande preocupação com o sofrimento do povo palestiniano em Gaza, incluindo países com capacidade para dar muito, mas que deram muito pouco ou nada", afirmou.

O chefe da diplomacia dos EUA defendeu também que Israel deve tomar "mais medidas" para "reduzir as baixas civis" na guerra que trava em Gaza, "apesar de esta ser contra" o Hamas. "Israel tem de tomar novas medidas para reduzir o número de vítimas civis, ao mesmo tempo que enfrenta o inimigo que iniciou esta guerra com o massacre de civis a 7 de outubro", sustentou. **A. M.**

ALAA AL-SUKHNI / POOL / AFP

Blinken participou na Jordânia numa cimeira sobre Gaza.

Congresso conservador impõe goleadas consecutivas a Lula

BRASIL Depois de ser derrotado em três votações que lhe eram caras, presidente do Brasil decide investir na relação com o poder legislativo. E exigir compromisso dos seus ministros de direita.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA,** SÃO PAULO

O Brasil decidiu, na semana passada, que presos detidos por crimes leves não vão poder sair da cadeia em datas especiais para acelerar a ressocialização e estimular vínculos fora do sistema prisional. E ainda que atos de comunicação enganosa em massa, conhecidos como *fake news*, não serão alvo de punição. Quem lê as frases acima pode até pensar que o país sul-americano continua sob a presidência do ultraconservador Jair Bolsonaro. E não estará completamente errado: o Congresso Nacional, com maioria conservadora, vai impondo derrotas em série ao governo de centro-esquerda de Lula da Silva.

Lula havia vetado uma decisão legislativa que impedia a tal "saidinha", como foi apelidada a proposta da saída temporária de presos, decisão essa que voltou, de acordo com a lei, ao Parlamento. E no dia 28 de maio os deputados, por claríssimos 314 votos contra 126 e duas abstenções, e os senadores, por não menos claros 52 votos a 11 e uma abstenção, chumbaram o veto presidencial para tristeza de cerca de 60 mil presos que poderiam beneficiar do instituto de ressocialização e para irritação do presidente.

Naquela mesma noite, um veto ainda de Bolsonaro à criminalização de *fake news* em massa, que os parlamentares governistas queriam derrubar, acabou mantido com 317 votos a favor, 139 contra e quatro abstenções. Como o veto foi mantido pelos deputados, o regimento prevê que os senadores nem precisem de votar. E assim as notícias falsas poderão correr soltas sob a capa da liberdade de expressão.

Como o governo sofreu ainda uma terceira derrota naquela mesma noite num projeto sobre impostos, o senador (e ex-juiz da Operação Lava-Jato) Sergio Moro, do Podemos, escreveu no jornal conservador *A Gazeta do Povo* um artigo com o título "*Hat trick* do Congresso contra Lula". E Zé Trovão, um camionista, *youtuber* e deputado do Partido Liberal, a formação de Bolsonaro, anunciou, no mesmo jornal, que "a direita quer enfrentar Lula no Congresso sobre pautas de costumes".

Lula ladeado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

AFP

Do lado do governo a reação foi de conformismo: "O povo brasileiro escolheu um Congresso que é mais conservador, por isso não temos do que nos queixar", disse o senador Randolfe Rodrigues, líder parlamentar do governo no Legislativo sobre as derrotas, sobretudo na agenda de costumes. Para Alexandre Padilha, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da presidência, "Lula e o governo têm total noção realista do que é de facto o perfil do Congresso Nacional".

Nessa perspetiva, tornou-se essencial a presença do próprio Lula nas negociações com o Congresso, porque, segundo Padilha, "é muito importante que ele esteja sempre com essa disposição de manter contacto com líderes e parlamentares, nada substitui a presença do presidente da República".

Na ressaca das derrotas, Lula reuniu então Padilha, Randolfe e demais líderes parlamentares num encontro de onde saiu a decisão de exigir que os ministros de centro-direita e direita que compõem o governo dialoguem mais com os deputados e senadores dos seus partidos, no sentido de evitar "traições" em votações relevantes para o governo.

11

Número de ministros de centro-direita ou direita de Lula, convidados para o Executivo para garantir, até aqui em vão, maioria no Parlamento.

314 contra 126

Resultado da votação que decidiu contra a saída de presos com penas leves em dias específicos para ressocialização, ao contrário do que pretendia Lula.

No Planalto, a avaliação é de que os 11 ministros do União Brasil, do MDB, do Republicanos e do PSD, todos de direita ou de centro-direita, que compõem um executivo com 38 membros, devem atuar com maior firmeza na tentativa de garantir votos dos seus correligionários. Porque se eles, mesmo ideologicamente distantes de Lula, foram convidados para o governo, foi, precisamente, para arregimentar esses partidos e gerar uma base parlamentar sólida.

"Mas esse tipo de pacto de regime, conhecido no Brasil como 'presidencialismo de coligação', já não faz sentido hoje em dia", disse Otávio Guedes, comentarista do canal Globo News. "Antigamente funcionava, porque quem tinha a chave do cofre eram os ministros, logo os parlamentares obedeciam-lhes, hoje, desde a aprovação do 'orçamento secreto' na gestão de Bolsonaro, que partilha o dinheiro entre executivo e legislativo através de emendas parlamentares, e dos 'fundões partidários', que tornaram os partidos muito mais ricos, a situação mudou."

Ainda assim, após a reunião com Lula da Silva, o governo obteve uma vitória para reduzir a desvantagem no marcador: o Senado aprovou, dia 5, um projeto, apoiado pelo governo, que acaba com a isenção para compras internacionais de até 50 dólares, chamado "taxa das blusinhas", e requerido pelos vendedores a retalho brasileiros. O projeto está incluído no Mover, programa de mobilidade verde e inovação que prevê incentivos de 19,3 mil milhões de reais em cinco anos e redução de impostos para fabricação de carros e outros veículos menos poluentes.

MIGUEL PEREIRA/GLOBAL IMAGENS

Ronaldo regressou em grande à seleção, com dois golos e uma boa exibição.

ESTÁDIO MUNICIPAL DE AVEIRO
ÁRBITRO CHRIS KAVANAGH (ING)

PORTUGAL	REP. IRLANDA
3	0
DIOGO COSTA	CAOIMHIN KELLEHER
ANTÓNIO SILVA	SEAMUS COLEMAN (70’)
PEPE (46’)	DARA O’SHEA
GONÇALO INÁCIO	JOSH CULLEN
DIOGO DALOT (46’)	WILL SMALLBONE (83’)
JOÃO NEVES (77’)	ADAM IDAH (53’)
BRUNO FERNANDES	ROBBIE BRADY (53’)
JOÃO CANCELO (46’)	LIAM SCALES
RAFAEL LEÃO (46’)	TROY PARROTT (53’)
JOÃO FÉLIX (46’)	SAMMIE SZMODICS (70’)
CRISTIANO RONALDO	JAKE O’BRIEN
TREINADOR	**TREINADOR**
ROBERTO MARTÍNEZ	JOHN O’SHEA
SUBSTITUIÇÕES	**SUBSTITUIÇÕES**
NELSON SEMEDO (46’)	MICKEY JOHNSTON (53’)
NUNO MENDES (46’)	THOMAS CANNON (53’)
DANILO (46’)	CALLUM O’DOWDA (53’)
RÚBEN NEVES (46’)	MATT DOHERTY (70’)
DIOGO JOTA (46’)	JASON KNIGHT (70’)
MATHEUS NUNES (77’)	MARK SYKES (83’)

GOLOS: JOÃO FÉLIX (18’) E CRISTIANO RONALDO (50’ E 60’).
CARTÕES AMARELOS: -

Bom teste a caminho do Euro com Ronaldo a marcar território

SELEÇÃO República da Irlanda foi presa fácil numa noite em que o capitão bisou no regresso e Martínez apostou em três centrais. Portugal deixa boa imagem antes da partida para a Alemanha.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

Portugal passou com nota alta no último teste antes do Euro2024, ao vencer a República da Irlanda, em Aveiro, por 3-0. Foi de longe a melhor exibição dos três jogos particulares realizados este mês, numa noite em que a equipa atuou com três centrais, e com Ronaldo de volta a marcar o seu território – apontou dois golos, foi o mais dinâmico e mostrou a quem ainda coloca em causa o seu lugar no onze que continua a ser o avançado em melhor forma e por isso a referência no ataque para o Europeu.

Depois do desastre que foi a exibição frente à Croácia (derrota por 2-1) e dos erros defensivos no triunfo (3-2) diante da Finlândia, Martínez decidiu apostar num esquema de três centrais e por isso o onze sofreu várias alterações, logo à partida com as entradas de Pepe e Cristiano Ronaldo. No total foram seis as mexidas relativamente ao último jogo. Além dos dois capitães, entraram António Silva, João Neves, João Cancelo e Rafael Leão. E saíram Rúben Dias, Nuno Mendes, João Palhinha, Bernardo Silva, Vitinha e Gonçalo Ramos.

Após algumas dificuldades de início na transição para o ataque (o adversário jogou muito fechado, num 5X4X1), Portugal colocou velocidade no jogo e começou a deixar avisos de que o primeiro golo não ia tardar. Dito e feito. Aos 18’, após um canto, Bruno Fernandes assistiu e João Félix fez o primeiro, num bom remate cruzado – não marcava há oito meses (!). Quatro minutos depois, Ronaldo quase festejou o segundo, mas o livre direto bateu com violência no poste.

Perante uma Irlanda em dificuldades, e com Félix, Bruno Fernandes e Ronaldo em destaque, e Cancelo a jogar como médio centro (!), aos 29’ o médio do Manchester United atirou às malhas laterais, após assistência de CR7. A primeira oportunidade dos irlandeses surgiu apenas aos 36’, com Idah a rematar com perigo ao lado.

> Foi o quarto bis de Ronaldo na seleção com golos apontados de pé esquerdo, ele que leva 130 pela equipa das quinas e está a cinco dos 900 na carreira.

Antes do intervalo, Rafael Leão deixou mais um aviso, mas a bola saiu alta, Gonçalo Inácio falhou de forma incrível de cabeça e Ronaldo permitiu uma defesa de Kelleher. Um sufoco para os irlandeses o final da primeira metade, num ensaio onde Portugal mostrou boas indicações a nível ofensivo, mas que não foi um grande teste à defesa porque praticamente não teve trabalho – a seleção lusa teve 64% de posse de bola, fez 10 remates (quatro enquadrados, contra nenhum dos irlandeses).

Bis de Ronaldo

Na segunda parte, Martínez fez logo de início cinco alterações, com as entradas de Nélson Semedo, Nuno Mendes, Danilo, Rúben Neves e Diogo Jota para os lugares de Pepe, Dalot, Cancelo, Rafael Leão e João Félix.

Aos 50 minutos, um grande momento de Cristiano Ronaldo. Rúben Neves assistiu de forma perfeita o capitão, que dominou a bola, tirou um adversário da frente e rematou colocado para um grande golo. Os adeptos gostaram, começaram a entoar o seu nome, e CR7 voltou a faturar aos 60’, com mais um remate de pé esquerdo após assistência de Diogo Jota – são já 130 golos na seleção e a certeza de que será ele a referência no ataque no Euro2024... apesar de uma época desgastante e dos 39 anos!

Portugal não tirou o pé do acelerador e podia ter construído uma goleada maior – o guarda-redes irlandês negou o golo a Bruno Fernandes aos 73’, e no minuto a seguir Ronaldo quase chegou ao *hat-trick*. Para a história fica um bom teste, sobretudo a nível ofensivo, e boas indicações em vésperas do Euro, sobretudo da parte do capitão Ronaldo, sempre em bom nível durante os 90 minutos.

A comitiva nacional parte na quinta-feira para a Alemanha e vai montar o quartel-general na cidade de Marienfeld, no Hotel-Residence Klosterpforte, local onde estagiou há precisamente 18 anos, no Mundial2006.

No Euro2024, Portugal vai disputar o Grupo F juntamente com República Checa (18 de junho, em Leipzig), Turquia (22, em Dortmund) e Geórgia (26, em Gelsenkirchen). O Campeonato da Europa vai decorrer de 14 de junho a 14 de julho.

nuno.fernandes@dn.pt

O dia em que Pichardo saltou 18.04 metros e não chegou ao ouro

EUROPEUS DE ATLETISMO Triplista português bateu recorde nacional e ficou com a medalha de prata. Tiago Pereira viu fugir o bronze no penúltimo salto. Portugal chegou às 40 medalhas.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

ANDREAS SOLARO / AFP

Pichardo fez um dos melhores saltos de sempre, mas ainda assim não conseguiu ser campeão da Europa.

Pedro Pichardo sagrou-se ontem vice-campeão da Europa. O campeão olímpico do triplo salto fez um dos melhores saltos de sempre – 18.04 metros, novo recorde nacional –, mas não foi suficiente para revalidar o título europeu, porque o cubano naturalizado espanhol, Jordan Díaz, saltou 18.18 metros e roubou-lhe o ouro no último salto.

A medalha de prata de Pichardo junta-se ao bronze de Liliana Cá, no lançamento do disco, conquistado na sexta-feira, aumentando para 40 o número de pódios conquistados por portugueses em 26 edições de Campeonatos da Europa.

Já Tiago Pereira teve o bronze na mão ... até ao penúltimo ensaio, mas saiu dos Europeus de Atletismo de Roma sem medalha. O atleta do Sporting foi superado ao quinto salto pelo francês Thomas Gogois, na luta pelo bronze, com 17.38.

Foi a primeira final europeia com dois atletas a saltar acima dos 18 metros. Díaz e Pichardo prometeram assim um luta aguerrida pelo ouro em Paris2024. O atleta do Benfica voltou à competição em abril, após um ano de ausência (entre lesões e problemas contratuais e pessoais) e conseguiu logo o apuramento para Paris2024. Foi na Liga Diamante, quando saltou 17.51 metros e ganhou a etapa de Xiamen.

Já no dia 19 de maio, na etapa africana, em Marraquexe, o triplista ficou em segundo lugar com apenas 16.92m, atrás do cubano Lázaro Martínez (17.10). Ontem, em Roma, Pichardo saltou mais um metro e 12 centímetros, mas voltou a ser segundo classificado numa prova, o que mostra que no espaço de um ano deixou de ser invencível!

> Pichardo bateu o recorde nacional do triplo salto com 18.04 metros nos Europeus de Roma, superando a marca que já era sua – 17.98m em Tóquio2020 –, mas não chegou para revalidar o título europeu.

A melhor portuguesa nos 400m

Fatoumata Diallo foi ontem oitava na final dos 400 metros barreiras, com o tempo de 55,65 segundos, mais 2,61 segundos do que a vencedora, a neerlandesa Femke Bol.

Diallo conseguiu ainda assim a melhor classificação portuguesa de sempre em Europeus nos 400 barreiras, superando o 10.º lugar de Barbosa em Zurique2014, mas ainda queria mais.

Na final, a portuguesa gastou mais um segundo do que nas semifinais, nas quais fixou em 54,65 segundos o recorde nacional, derrubando a marca que pertencia há 12 anos a Vera Barbosa (55,22) e assegurando a sua estreia nos Jogos Olímpicos Paris2024 aos 24 anos.

isaura.almeida@dn.pt

Debast confirma que vai jogar no Sporting

O central belga Zeno Debast confirmou ontem, em declarações à imprensa do seu país, que irá ser jogador do Sporting. O defesa, recorde-se, vai estar em representação da seleção belga no Euro 2024 e por isso o anúncio oficial só deverá acontecer depois de a competição terminar.

"Decidi jogar no Sporting na próxima época. A minha escolha foi feita com base na confiança que o clube histórico depositou em mim. O Sporting é o passo certo porque os seus desafios desportivos correspondem às minhas ambições", referiu o ainda jogador do Anderlecht em declarações ao jornal *HLN*.

"Na próxima temporada vamos disputar a Liga dos Campeões e tentar, mais uma vez, conquistar o título nacional. As conversas com o treinador, Rúben Amorim, convenceram-me completamente. Ele, juntamente com a sua equipa, deu-se ao trabalho de me acompanhar durante meses e estou convencido de que me ajudará ainda mais no meu desenvolvimento como futebolista profissional. Estou ansioso por conhecer os meus novos companheiros de equipa e por alcançar os nossos objetivos", acrescentou.

O jogador já realizou testes médicos (terá feito os exames em Lisboa, no final do mês de maio) e junta-se ao guarda-redes Vladan Kovacevic (este já apresentado oficialmente) como reforço dos leões para a nova temporada.

De acordo com a imprensa belga, Debast deverá assinar um contrato válido por cinco temporadas e vai obrigar a SAD leonina a um esforço financeiro significativo, com o pagamento de cerca de 18 milhões de euros ao Anderlecht, que deverá ainda ficar na posse de uma percentagem numa futura venda. Na época passada Zeno Debast realizou 40 jogos: 37 na Liga belga e três na Taça. **N.F.**

Sete crimes para sete boas séries

POLICIAL Das muitas séries a estrear todas as semanas, há sempre aquelas que, apesar de bastante recomendáveis, não têm direito a holofotes mediáticos. Sobretudo as de crime, de tal modo fazem parte da paisagem. Aqui ficam algumas novidades e outros títulos recentes que provavelmente não viu.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Com a estreia, hoje, de uma série de crime baseada num *best-seller* e protagonizada por Jake Gyllenhaal, interrogámo-nos: será que há mais ficção televisiva adulta deste género, ofuscada pelos lançamentos de renome? Uma breve pesquisa e várias horas de visionamentos levaram à proposta que se segue, de sete boas séries, algumas possivelmente perdidas na abundância dos respetivos catálogos. Séries que vão além do domínio da produção americana, mostrando a diversidade de narrativas e abordagens dentro do mesmo género – o crime –, com homicídios e relações humanas a desenharem episódios de alta tensão.

JANA – MARCADA PARA A VIDA
Onde ver: TVCine Edition (a partir de dia 25)

Mais uma adaptação de um *best-seller*, neste caso um policial sueco de Emelie Schepp (editado por cá pela D. Quixote), *Jana – Marcada para a Vida* traz outra história de procuradores em torno do passado oculto da personagem do título. A saber, Jana Berzelius, que está a dar os primeiros passos como procuradora pública, pede para auxiliar na investigação da morte de um responsável da Agência de Migração sem revelar o verdadeiro motivo do seu interesse pelo caso... Que visões são aquelas que lhe atravessam a mente como *flashes* de filme de terror? Jana foi uma criança refugiada e saberá mais sobre os contornos deste assassínio do que qualquer polícia ou funcionário do Estado.
Assentando na rapidez dos movimentos da personagem interpretada por Madeleine Martin e em particular na sua aptidão para o risco, a minissérie sueca de seis episódios vai aumentando a adrenalina conforme o trauma do passado lança luzes sobre o mistério do presente. Aqui está o *thriller* nórdico na sua tradição mais enérgica, sem perder de vista as camadas de drama que o sustentam. Chega ao TVCine Edition no dia 25 (22h10), com novo episódio todas as terças-feiras.

CARA A CARA
Onde ver: Filmin

Imagine-se uma série em que cada episódio, de 30 minutos, corresponde a um interrogatório entre duas pessoas, na tentativa de resolução do mistério de um assassínio. *Cara a Cara* (2019-2023), como o título bem sugere, é essa série de antologia. Um notável exercício *noir* dinamarquês que, ao longo de três temporadas de oito episódios, reduz a lógica da investigação a diálogos tensos, à procura da chave para solucionar um quebra-cabeças.
No primeiro capítulo há um pai a investigar a morte da filha (que não acredita ter sido suicídio) e no terceiro e último, que chegou este ano à Filmin, temos o mano mais velho de Mads Mikkelsen, Lars, no papel de um magnata do imobiliário perturbado pela morte da sua protegida e consumido pela ansiedade furiosa de descobrir o responsável pelo homicídio. Criada por Christoffer Boe, que não se descuida um milímetro nos valores da encenação elegante e minimalista, *Cara a Cara* é um modelo deveras original dentro do clássico *thriller* escandinavo.

PRESUMÍVEL INOCENTE

Onde ver: Apple TV+

Eis, antes de mais, a aposta forte da semana. Regressando ao romance homónimo de Scott Turow, de 1987, que tinha sido adaptado ao cinema por Alan J. Pakula, com Harrison Ford no papel principal, *Presumed Innocent* dá agora oportunidade a Jake Gyllenhaal para brilhar no perfil ambíguo de uma personagem que luta pela prova da sua inocência, ao mesmo tempo que se afunda em indícios do contrário. Essa personagem é o procurador adjunto Rusty Sabich, que se torna praticamente o único suspeito do macabro homicídio da colega e amante Carolyn Polhemus (Renate Reinsve, a atriz de *A Pior Pessoa do Mundo*), mergulhando num pesadelo que envolve a sua mulher e os dois filhos, para além do Ministério Público de Chicago, onde gerou inimizades com colegas. Criada por David E. Kelley, a série de oito episódios surge como um *thriller* mais orientado para a instabilidade e desespero de Rusty – em contraste com a firmeza da interpretação de Harrison Ford no filme de 1990 –, que alarga o ângulo às outras personagens para medir o desconforto geral. É uma poderosa matemática de suspeição, que vai baralhando as contas entre a possível culpa e inocência manchada do protagonista. De resto, neste enigma de cores sólidas e intérpretes no topo das suas capacidades, há ainda uma certa diversão em ver Gyllenhaal no confronto direto com o cunhado (na vida real) Peter Sarsgaard, que assume a pele do advogado de acusação, movido pelo ódio pessoal e atraído, talvez, por uma semelhança de egos.

A MULHER NA PAREDE

Onde ver: SkyShowtime

Fiquemos mais um pouco em território de trauma. Evocando um tema incómodo da história da Irlanda, a minissérie *A Mulher na Parede* constrói a sua ficção através da memória dolorosa das "lavandarias de Madalena": asilos para mulheres, que existiram até ao final do século XX, administrados por ordens católicas, onde as freiras lucravam do trabalho escravo de jovens caídas em desgraça. Vítima desse passado ignominioso, Lorna Brady é a mulher no coração de um drama gótico, sonâmbula e de ar assustado – alguém que facilmente se identifica como a maluquinha da aldeia –, cuja confusão entre o sono e o estado de vigília dificultará o apuramento da verdade sobre o desaparecimento de outra mulher…
Produção britânica assinada por Joe Murtagh, os seis episódios de *The Woman in the Wall* ambientam-se em Kilkinure, uma pequena cidade fictícia da Irlanda, no ano de 2015, para onde se dirige um jovem detetive vindo de Dublin, com ganas de resolver um caso profundamente enraizado na dor de um grupo de mulheres daquela província que nunca conseguiram obter nenhuma forma de justiça. A interpretação arrepiante de Ruth Wilson como Lorna é o pilar deste policial sombrio, com elementos surreais, mas a textura e equilíbrio de tom permitem manter o espectador à tona, a observar os traços realistas.

AS LONGAS SOMBRAS

Onde ver: Disney+

Escrita e realizada por Clara Roquet, uma das novas e talentosas cineastas espanholas que ficámos a conhecer através do belo drama de verão *Libertad* (2021), *As Longas Sombras* tem também a memória trágica de um verão em Maiorca como motor narrativo. Tudo acontece no regresso de uma realizadora (Elena Anaya) à casa de família em Alicante, para a pôr à venda, e no seu consequente reencontro, após 25 anos, com o grupo de amigas do liceu. Reencontro esse que coincide com a descoberta dos restos mortais de uma jovem da sua turma, Mati, desaparecida no tal estio de 1998 em Maiorca, durante uma viagem de finalistas. A irmã da falecida, inspetora da polícia local, decide investigar e relança a pergunta assombrosa: o que é que afinal aconteceu a Mati?
Ao longo desta série de seis partes, inspirada no romance homónimo de Elia Barceló, vai-se percebendo as *nuances* da amizade que une aquelas mulheres e de que forma elas foram individualmente marcadas pela rapariga que nos registos de vídeo parece ser vítima de *bullying* do grupo… Enfim, é preciso cautela com as primeiras impressões. A grande sensibilidade deste *thriller* feminino passa pela descodificação lenta da verdade de cada personagem, do peso das suas mágoas, segredos e mentiras, à procura de um qualquer apaziguamento.

UM HOMICÍDIO NO FIM DO MUNDO

Onde ver: Disney+

Entra-se no mundo de Darby Hart (perfeita Emma Corrin) ao som de *The End*, dos Doors, e quando damos por isso já estamos num autêntico cenário gelado "em parte incerta", onde uma morte estranha se impõe como mistério por resolver. A heroína de *Um Homicídio no Fim do Mundo* é essa jovem detetive amadora da geração Z, com habilidades de *hacker*, que viaja até um lugar remoto na Islândia para participar num retiro com outras mentes brilhantes, a convite de um multimilionário (Clive Owen) que está a preparar um futuro ultratecnológico… Na primeira noite, um dos convidados morre à sua frente, mas as circunstâncias são mais complexas do que se pode descrever.
Perante esta sinopse, qualquer espectador dirá que "já viu este filme" e não vale a pena perder tempo. Mas o interessante das fórmulas que compõem as boas séries de crime é que, depois de uma premissa mais ou menos reconhecível, a dinâmica da investigação ganha vida própria – e agarra ou não agarra. Os *showrunners* Brit Marling e Zal Batmanglij perceberam isso muito bem e incumbiram Darby/Corrin de um espetáculo de Sherlock Holmes para os nossos dias, com a inteligência artificial a entrar no jogo sem tiques de banalidade.

THE JINX: THE LIFE AND DEATHS OF ROBERT DURST

Onde ver: Max

Uma das melhores séries documentais dentro do género *true crime*, *The Jinx* vai surpreender quem ainda não conhecia a primeira parte deste trabalho do realizador Andrew Jarecki, lançado em 2015, que se tornou um dos objetos televisivos mais impactantes no olhar sobre um suspeito de homicídio: o herdeiro imobiliário norte-americano Robert Durst (1943-2022). Quem era esta figura? Os seis episódios da referida primeira parte ocupam-se da estranheza do retrato, que termina com o próprio a dizer – julgando que tinha o microfone desligado: "Matei-os a todos, claro."
Vencedora de dois Emmys, incluindo Melhor Documentário ou Série de Não-ficção, *The Jinx* ganhou agora uma segunda parte, estreia recente na Max, que vem acrescentar (ainda) mais contexto a uma história fascinante pelo detalhe jornalístico e forense com que foi tratada. Não é o tipo de construção narrativa que prende as atenções do simples curioso mórbido, mas sim um estudo aprofundado de um homem que parecia bizarramente seguro da sua impunidade. Não há outra explicação para Durst se ter oferecido a conversar com Jarecki a fim de "organizar ideias": o ato que fez nascer a série.

Opinião
Carlos Rosa

Eric: o amigo imaginário que eu gostava de ter!

Eric é um monstro. É um amigo imaginário de uma criança desaparecida, desenhado por ela, e que o seu pai adota para o ajudar na demanda para recuperar o seu filho.

Eric é a nova série da Netflix que nos oferece uma viagem no tempo e no espaço.

No espaço porque nos atira para uma Nova Iorque velha, suja, corrupta e racista. E no tempo, porque o cenário se constrói nos idos anos de 1980. E sempre que saltam para fora do meu ecrã enredos que nos transportam para este universo temporal a minha atenção redobra.

A receita é conhecida, mas é boa. *Stranger Things* (2016) e *Super 8* (2011), por exemplo, transportam-nos para o tempo das camisas de flanela aos quadradinhos, dos *walkman* e das *cruiser bikes*. E *Eric* faz igual. E ainda soma a esta receita um pai que é um Quase-Lloyd Morrisett, um criador de fantoches, ao estilo *Sesame Street*, que lidera audiências na televisão da época, profissão que foi absorvida pelos criadores digitais. Bonecos de peluche operados pelas nossas mãos, é coisa do passado. Mas também é isso que traz originalidade. Muitas vezes ser original não é criar nada de novo, é só olhar para trás e reinterpretar o mundo. *Eric* também tem isso, essa originalidade de trazer de volta coisas que (quase) já não existem e se calhar já nem fazem mesmo sentido existir. É tão original que nos esquecemos que em tempos a animação na televisão eram mãos invisíveis que mexiam coisas, eram vozes escondidas que davam personalidade a invólucros de peluche e eram ferrinhos finos que davam vida a braços, a bocas e a expressões corporais.

A ideia de ter um amigo imaginário que é raptado do imaginário de outra cabeça é genial! E quando vemos Eric pela primeira vez, percebe-se que este monstro azul não é só um ponto de partida para desbravar um mistério sobre uma criança que desaparece a caminho da escola, é também o início de um enredo rocambolesco de outras pequenas estórias que fazem da estória da criança desaparecida uma estória de suporte a todas as outras.

Eric não é uma estória sobre um boneco nova-iorquino de 1980. Não! *Eric* é um álibi para se tratar temas antigos, mas que continuam presentes. É um saltar entre o possível e o impossível, entre o irreal e o físico.

Eu não me lembro se tive ou não um amigo imaginário ou se em criança fui ou não transportado para um universo paralelo como n'*O Sítio das Coisas Selvagens* (2009), mas nos dias que correm ter um monstro azul que nos chamasse à verdadeira razão das coisas dava um jeito bestial. E quiçá também nós conseguíssemos o nosso final spielberguiano, em que no fim, afinal, tudo se resolve!

Designer e diretor do IADE – Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia.

Opinião
Ana Paula Laborinho

Fazer a cooperação acontecer

No final do mês de maio, a OEI teve a grande alegria de ser a vencedora do Prémio Princesa das Astúrias de Cooperação Internacional, atribuído com esta designação desde 1989. Percorrer os vencedores das últimas décadas é uma travessia pelos protagonistas de uma História recente e o seu contributo para a paz, o diálogo entre diferentes, a luta contra a discriminação, a melhoria das condições de vida, a ciência ao serviço das pessoas e, afinal, a esperança do multilateralismo. Entre os galardoados estão Jacques Delors e Mikhail Gorbachev (1989), Nelson Mandela e Frederik DeKlerk (1992), Yitzhak Rabin e Yasser Arafat (1994), Mário Soares (1995), Fernando Henrique Cardoso (2000), Lula da Silva (2003), Simone Veil (2005), Al Gore (2007), mas também o Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas (1991), os Capacetes Azuis estacionados na ex-Jugoslávia (1993), o Programa Erasmus (2004), quatro centros de investigação em África pela luta contra a malária (2008) ou a Iniciativa Drugs for Neglected Deseases (2023), que junta institutos de investigação públicos e privados do Brasil, França, Índia, Malásia e Quénia na pesquisa de medicamentos para doenças que afetam os mais pobres e mais vulneráveis.

A OEI recebe esta distinção no ano em que comemora o seu 75.º aniversário. Desde 1949, ano em que foi constituída a Secretaria Ibero-Americana de Educação, depois OEI, temos contribuído para melhorar a educação em todos os seus níveis, o que também se estendeu à ciência e à cultura. Em 2010, na XX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, foi aprovado o projeto Metas Educativas 2021, compromisso partilhado por todos os países para alcançar uma educação mais capaz de enfrentar os desafios do século XXI. Na verdade, os objetivos traçados anteciparam aqueles que foram estabelecidos na Agenda 2030 para alcançar uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa, que promova também oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

É consensual a importância da educação para o desenvolvimento e crescimento económico dos países, mas estes conceitos genéricos carecem de ajustamentos constantes às mutações sociais a que vamos assistindo. Entre o que muito tenho aprendido nestes anos de trabalho na OEI está a constante necessidade de produzir conhecimento sobre os contextos e perspetivas antes de passar à ação. É preciso ir além dos lugares-comuns e das recomendações canónicas, indo buscar os especialistas e promovendo o diálogo entre eles para alcançar propostas que respondam aos desafios de um mundo vertiginoso, convulso e mutante. Além disso, é essencial promover o diálogo entre diferentes visões e objetivos dos governos, promovendo a cooperação internacional como mecanismo de coesão entre países unidos por valores e interesses comuns.

Uma organização internacional não pode abdicar dos seus valores intrínsecos, como a promoção dos direitos humanos, da democracia, da igualdade e da paz, mas tem de buscar pontos de convergência e entendimento. Atualmente, a OEI gere uma média anual de 650 projetos, tendo impactado 12 milhões de pessoas nos últimos cinco anos e contribuído para a formação de 40 mil docentes. Se a grande conquista nas décadas finais do século XX foi a cobertura universal na educação básica, a batalha neste século XXI é pela qualidade, a equidade e a inclusão. Atualmente, a cobertura do ensino primário (correspondente ao nosso 1.º ciclo) é de 94% em toda a região, mas é de 64% no pré-escolar e de 61% no secundário (que inclui o nosso 3.º ciclo). A pandemia foi uma enorme tragédia para a região, que viu aumentar os níveis de abandono escolar, que estavam a recuar, mas tornou-se também num desafio, ao mostrar a importância do digital e até da inteligência artificial na educação.

> **"A OEI gere uma média anual de 650 projetos, tendo impactado 12 milhões de pessoas nos últimos cinco anos e contribuído para a formação de 40 mil docentes.**

Portugal participa nas Cimeiras Ibero-Americanas desde a sua criação, em 1991, e em 2002 aderiu à Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002, estabelecendo a sua representação no final de 2017, com os objetivos de aprofundar a cooperação com os restantes países nos domínios da sua ação (desde aí, têm sido várias as iniciativas ibero-americanas realizadas em Portugal, sendo a próxima a reunião da Rede Ibero-Americana de Administrações Públicas para a Primeira Infância). O segundo objetivo consistia na aproximação à CPLP, tendo sido a OEI o primeiro organismo internacional a ser admitido como observador associado e reciprocamente também reconhecido. Por fim, a presença da língua portuguesa na organização, atualmente um organismo bilingue de referência, estando a Direção-Geral de Multilinguismo sediada em Lisboa.

Mas talvez o que mais me desafia seja o princípio instituído de trabalhar em parceria: estabelecer pontes, construir redes e, assim, conseguir mais e melhores resultados. Mais difícil, mas muito mais saboroso.

Diretora em Portugal da Organização de Estados Ibero-Americanos.

PUBLICIDADE

PONTALGAR – Cooperativa de Habitação e de Turismo, CRL

Assembleia Geral Extraordinária N.º 1/2024
CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 27.º dos Estatutos da PONTALGAR – Cooperativa de Habitação e de Turismo, CRL, convoco a Assembleia Geral para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 28 de junho de 2024, pelas 20.30 horas, na Rua Brás Pacheco, n.º 4 (igreja de S. João de Deus, traseiras, sala 8), Praça de Londres, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Aprovação dos Estatutos e do Regulamento da Pontalgar

Se à hora acima indicada não estiver reunido quórum exigido pelo n.º 1 do art.º 28.º dos Estatutos da Pontalgar, a Assembleia Geral reunirá, em segunda convocação, meia hora depois, de acordo com o n.º 2 do citado art.º 28.º, com a mesma Ordem de Trabalhos e com qualquer número de cooperadores.

Lisboa, 5 de junho de 2024

O Presidente da Assembleia Geral
Prof. Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Torna-se público que, nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, atualizada, aplicada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, irá proceder-se à abertura, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) OE202406/0321, de um procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de direção intermédia de 2.º Grau da Unidade Orgânica de Administração e Finanças (DAF).

Município da Chamusca, 11 de junho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca
Paulo Jorge Mira L. C. Queimado

CONVOCATÓRIA

Processo Eleitoral para a eleição da CIL Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa

Nos termos da Lei n.º 7/2009 de, 12 de fevereiro, convoca-se as Comissões de Trabalhadores aderentes à CIL para as reuniões de votação simultâneas a realizar no dia 12 de julho de 2024, com o objeto e calendário seguintes:

Ponto Único: Eleição da CIL, Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa, para o mandato 2024/2027 (3 anos).

A votação realizar-se-á das 9 às 18 horas, em simultâneo, nos seguintes locais:

Mesa N.º 1: Sede da CIL – Rua Cidade de Liverpool, n.º 16, 1.º andar (saída norte do Metro dos Anjos);
Mesa N.º 2: Delegação Sindical de Vila Franca de Xira – Rua Serpa Pinto, n.º 136, Vila Franca de Xira.

Calendário:
Até 22 de junho de 2024: Apresentação de propostas de listas à Comissão Eleitoral para a morada da sede da CIL (acima indicada);
Até 29 de junho de 2024: Divulgação e afixação das propostas das listas concorrentes;
Até 10 de julho de 2024: Campanha por parte dos proponentes;
Em 12 de julho de 2024: Votação.

A Comissão Eleitoral,
Ricardo Neves - CT/INCM
Nuno Monteiro - CT/CELCAT
Francisco Gonçalves - CT/MEO

12 de junho de 2024

avisos, tribunais e conservatórias

ANTÓNIO VARIAÇÕES
MISSA DE SUFRÁGIO – 40.º ANIVERSÁRIO
BASÍLICA DA ESTRELA – 19 HORAS – 13 JUNHO/2024

A família agradece penhoradamente a todos quantos puderem participar na MISSA de sufrágio e memória de ANTÓNIO JOAQUIM RODRIGUES RIBEIRO, que todos conhecem por “António Variações”, por ocasião do 40.º aniversário da sua partida.

Bem-hajam!

Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo para o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, para:

- 1 vaga de assistente técnico (m/f), referência CT-SACC/10-2024, ao qual podem candidatar--se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:

https://www.ihmt.unl.pt/category/bolsas-e-concursos

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação no *site* do IHMT.

diversos

CARTOON POR MIGUEL AGUIAR

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais:
1. Creme. Capital de Marrocos. **2.** Terreiro à volta da igreja. Poupança. **3.** Marido da tia. Aquele que elege. **4.** Ver com espanto. Sétima letra do alfabeto grego. **5.** Animal carnívoro, selvagem, da família dos canídeos. Víscera dupla. Artigo antigo. **6.** Procede. Gracejar. **7.** Doutor (abreviatura). Altar. Rebento de couve. **8.** Avançavam. Relativo à música. **9.** Vontade de comer. Nome da letra M. **10.** O ladrar dos cães. Vasilha bojuda de madeira, menor do que o tonel, para líquidos. **11.** Administrar diligentemente. Filtrar.

Verticais:
1. Respeitante a nascimento. Diário. **2.** Adjunto. Garoto. **3.** Prolongamento da região nasal de certos mamíferos. Coloca dentro. **4.** «A» + «o». Método especial de ginástica de origem oriental em que os exercícios respiratórios têm papel fundamental. Sinal gráfico que serve para nasalar a vogal a que se sobrepõe. **5.** Érbio (símbolo químico). Pequena igreja ou capela em lugar ermo. 6. Triturar. Criador. 7. Comparar. Partícula apassivante. **8.** Ruminante bovídeo. Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de pequenez. Computador Pessoal. **9.** Ofício. Medo. **10.** Andamento natural dos cavalos, entre o passo e o galope. Peça com que se tapa. **11.** Verbal. Lubrificar.

SUDOKU

	2		1	8		3		6
	4	3	2				9	
6					3	2		
		6	8			4		
		4	5					2
		5	7		8		3	9
	7			5	2	6	8	
4		9						

SOLUÇÕES

9	2	7	1	8	5	3	4	6
5	4	3	2	6	7	8	9	1
6	1	8	4	9	3	2	7	5
1	3	2	6	7	9	4	5	8
7	5	6	8	2	9	4	1	3
8	9	4	5	3	1	7	6	2
2	6	5	7	4	8	1	3	9
3	7	1	9	5	2	6	8	4
4	8	9	3	1	6	5	2	7

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Nata. Rabat. 2. Adro. Aforro. 3. Tio. Eleitor. 4. Admirar. Eta. 5. Lobo. Rim. El. 6. Age. Rir. 7. Dr. Ara. Neto. 8. Iam. Musical. 9. Apetite. Eme. 10. Latido. Pipa. 11. Zelar. Coar.
Verticais:
1. Natal. Dial. 2. Adido. Rapaz. 3. Tromba. Mete. 4. Ao. Ioga. Til. 5. Er. Ermida. 6. Ralar. Autor. 7. Aferir. Se. 8. Boi. Mini. PC. 9. Arte. Receio. 10. Trote. Tampa. 11. Oral. Olear.

Petkit Puramax e a *app* de telemóvel identifica os animais pelo seu peso.

D.R. / PETKIT

Um investimento em qualidade de vida para quem tem gatos

TECH Após ter comprado uma "caixa de areia" automática – e com quase duas semanas a ter os quatro utilizadores a comprovar a sua eficácia – só me arrependo de ter adiado a decisão tanto tempo.

TEXTO **RICARDO SIMÕES FERREIRA**

Ao contrário do que acontece habitualmente, o equipamento em teste neste espaço não foi emprestado pela marca. Aliás, nem o objetivo original sequer era fazer crítica de utilização ao produto em causa. Mas após quase duas semanas de surpreendente experiência, não resisto a dedicar este espaço ao Petkit Puramax, a "caixa de areia" automática para gatos que comprei lá para casa e que melhorou a nossa (minha e da minha mulher) qualidade de vida de tal forma que só me arrependo de não ter gasto este dinheiro mais cedo.

Tudo o que se segue é a nossa experiência com os nossos quatro gatos – a Peta e a Zeta, duas irmãs já com 11 anos , o Batcat e o Robbie, ambos com cerca de 4, todos salvos do abandono, e já por algumas vezes estrelas em artigos meus do DN, quando foi preciso demonstrar capacidades fotográficas de telemóveis.

Escolhi este modelo da Petkit porque, ao contrário do que acontece com outras caixas que existem no mercado, não tem porta – e nunca conseguimos habituar os nossos gatos a utilizar uma caixa com porta (não foi à falta de tentativa, mas aquilo a bater-lhes na cauda sempre os incomodou muito...)

Além disso, ao contrário de outros modelos automáticos, incluindo o mais barato da própria Petkit, o Purax, este Puramax tem a entrada suficientemente baixa para quase parecer uma caixa "normal", não obrigando os bichos a saltar para o interior, o que me pareceu uma facilidade grande do ponto de vista de adaptação dos animais.

Outra vantagem do produto, como anunciado é o facto de poder utilizar praticamente qualquer "areia", desde que aglomerante – aliás, o fabricante até sugere que, pelo menos numa primeira fase, se use o aglomerante que o(s) animal(is) já conhece(m), para minimizar o impacto da mudança.

De resto, o funcionamento da máquina é, ao mesmo tempo, simples e eficaz. Sensores à entrada e nos pés (que funcionam como balança – já regressamos a este assunto) detetam a presença do animal e a sua saída. Após um espaço de tempo – programável, sendo o "normal" um minuto, inicia-se o ciclo automático de limpeza.

O aparelho (como se vê pela foto) parece uma pequena betoneira, mas gira no sentido longitudinal comparativamente a estas máquinas. O que faz é mexer a areia no interior, levando-a a passar por um filtro de plástico perfurado, que deixa passar a areia seca e limpa e obriga a suja (aglomerada) a saltar para a parte superior, que é uma rampa de despejo para o recipiente onde se encontra o saco do lixo. No regresso, a "betoneira" devolve à posição inicial a areia limpa que sobra, repondo-a no fundo.

O modelo que comprei – e que aconselho – incluí ainda um ambientador no interior, que se liga via Bluetooth à própria máquina e tem um sensor próprio para detetar a presença do gato (de forma a nunca aspergir o bicho). Após o ciclo de limpeza estar completo, elimina os maus odores, sendo que esta maquineta também funciona como lanterna interior, para verificar o estado da areia.

Todas as funcionalidades da Puramax são controláveis pelo *smartphone*, via *app*. A máquina liga-se à rede doméstica por *Wi-Fi*, pelo que é possível verificar o seu estado em qualquer parte do mundo. Incluindo as rotinas dos animais.

Isto porque a *app* consegue identificar cada gato através do seu peso (daí a importância de os pés serem balança). De cada vez que um dos gatos se serve da caixa os donos – a minha mulher e eu partilhamos a gestão no aplicativo – recebem uma notificação, bem como se o sistema fez convenientemente a limpeza e a atuação do ambientador ou se algo falhou.

Estas rotinas são registadas num gráfico na *app*, o que pode revelar-se útil para detetar, por exemplo, problemas renais ou de bexiga nos animais.

Além disso, e nitidamente estes sistemas são programados por quem percebe e gosta de animais, o algoritmo ainda tenta perceber "falsos alarmes", como o gato ir "apenas espreitar" a caixa ou apenas meter uma pata para restolhar a areia, mas desistir, através do peso e do pouco tempo de atividade, de forma a não iniciar processos de limpeza em vão.

A este modelo – que no Amazon.es (via Prime com entrega gratuita) se anuncia com desconto de 180 euros e, como tal, custa 530 euros – a única coisa que eu gostaria de ver acrescentada era um sensor no saco do lixo que avisasse quando está cheio. Para um único gato o fabricante prevê que só seja necessário mudar o recipiente ao fim de "15 dias"... Os meus quatro (que comem muito!) obrigam a mudar a cada três/quatro dias. O que está mais ou menos certo.

Quanto à reação deles à máquina, maioritariamente adaptaram-se logo. O Robbie o o Batcat foram os primeiros a saltar lá para dentro, sem qualquer problema. A Zeta hesitou ainda uma hora, talvez, mas depois agiu como se de uma outra qualquer caixa se tratasse.

O problema foi a Peta. É que ela viu a máquina a rodar! E a partir daí desconfiou dela... Ao ponto de chegar a recusar-se a usá-la. Até que a minha mulher lá fez de psicóloga *gatal* e resolveu a situação.

Enfim, há sempre qualquer coisa...

Esta "caixa de areia" tem sensores que detetam a presença do animal e a sua saída, iniciando de seguida o ciclo automático de limpeza. Através da app é possível registar todos os dados úteis para perceber como está a saúde e a higiene do gato.

Petkit anuncia nova caixa com IA

A Petkit promete melhorar a sua "caixa de areia" automática equipando-a com uma câmara e rotinas de Inteligência Artificial de forma a melhor o reconhecimento dos animais de cada vez que se aproximam do equipamento. É esta a premissa da anunciada Purobot Ultra, para a qual o fabricante chinês especializado em produtos tecnológicos para animais se está a financiar através de uma operação de *crowdfunding* no IndieGo. Segundo a marca, a câmara integrada à entrada da caixa (que roda para o interior para ver o gato e o seu comportamento) terá ainda a função de analisar, para efeitos de saúde, os seus dejetos. Este processo de financiamento da Petkit não é novidade neste tipo de produtos. Aliás, a Puramax original foi lançada também através de uma operação de *crowdfunding*, antes de entrar em produção em massa. Se está interessado, ainda faltam cerca de dois meses para o prazo terminar e já ultrapassou drasticamente a meta fixada.

Diario de Noticias

A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

Fundadores: EDUARDO COELHO e CONDE DE S. MARÇAL

O "DIARIO DE NOTICIAS" VAI REALIZAR, EM TODO O PAÍS, EM 15 DE AGOSTO

«O DIA DAS MISERICORDIAS»

"O Dia das Misericordias" será uma Festa Nacional de Caridade e nela devem colaborar, sem distinção de classes nem de ideais, todos os bons portugueses

AJUDAI AS MISERICORDIAS DANDO O VOSSO AUXILIO Á INICIATIVA DO "DIARIO DE NOTICIAS"

CRISE PRESIDENCIAL

A CONVULSÃO POLITICA EM FRANÇA

A GLORIOSA VIAGEM AEREA

ESTÁ PROXIMA DO SEU TERMO

A OBRA DAS MISERICORDIAS

Informações telegraficas da crise politica francesa

EM VERSAILLES REALIZAR-SE-A AMANHÃ A ELEIÇÃO DO FUTURO CHEFE DO ESTADO

IMPRENSA LATINA

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VIDA POLITICA

AS CAMBIAIS

FRANÇA-PORTUGAL

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 12 DE JUNHO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

A OBRA DAS MISERICORDIAS

Está despertando vivo entusiasmo, em todo o país, a realização desta Festa Nacional de Caridade

Ontem, reuniu-se a Comissão Central, que elegeu seu presidente o Provedor da Misericordia de Lisboa e que afirmou, unanimemente, a aspiração de procurar o concurso de todos os portugueses, sem distinção de classes ou de ideais

Frei Miguel Contreiras, fundador das Misericordias

Telef. — 365, 534, 2446 e 5310

Informações telegraficas da crise politica francesa

EM VERSAILLES REALIZAR-SE-A AMANHÃ A ELEIÇÃO DO FUTURO CHEFE DO ESTADO

PARIS, 11.—Na sua mensagem ás Camaras, o sr. Millerand recorda que foi por 695 votos que aceitou a sua eleição, a fim de defender no Eliseu a politica do progresso social, de ordem, trabalho e união, e frisa que cumpriu fielmente o seu compromisso solene feito perante o país e constata que a França, sequiosa de paz, labor e concordia, quere uma politica externa que lhe assegure o acôrdo com os aliados, a sua segurança, as reparações a que tem direito, a aplicação do Tratado de Versailles e o respeito de todos os actos diplomaticos que instituiram a nova ordem na Europa.

Semelhante politica externa pede uma politica interna que se baseie nos ensinamentos da guerra, numa «entente» entre todos os franceses, cada vez mais no respeito das opiniões e nas crenças de cada um, na equidade e na bondade nas relações sociais, na vontade de salvaguardar o credito da França pela manutenção de um rigoroso equilibrio nas receitas e nas despesas publicas.

Ao parlamento compete apenas votar as leis e velar pelo seu cumprimento

Estas ideias, que dirigiram sempre a minha acção, continuarão a guiá-la. Dispondo a Constituição que o Presidente só é responsavel perante as Camaras pelo crime de alta traição, quis, no interesse da nação, na estabilidade e continuidade que os poderes presidenciais fôssem de sete anos, mantidos ao abrigo das flutuações politicas. Vós respeitareis a Constituição. Se a desconheceis, se no futuro se entendesse que a arbitrariedade de uma maioria pudesse obrigar o Presidente a retirar-se por motivos politicos, o Presidente da Republica não seria mais do que um joguete nas mãos dos partidos. Auxiliar-me-eis a afastar um perigo tão temivel. Recusei-me até aqui a desertar do meu posto, pois não é do Parlamento, encarregado de votar as leis e de velar pelo seu respeito que pode vir o sinal e o exemplo da sua violação.

A Camara recusar-se-á a seguir os perigosos conselheiros que se esforçam, num interesse partidario, por obter uma nova legislatura que comece por um acto revolucionario. O Senado, fiel ás suas tradições, ha-de querer permanecer como sempre foi, o defensor da Constituição. Por isso a importante questão constitucional não pode ser liquidada na sombra pelas decisões individuais ou de grupos. Apelo, com confiança, para a sabedoria das Camaras, para a sua prudencia e amor pela França e pela Republica. Consciente do meu dever, assumi as minhas responsabilidades; chegou a hora do Parlamento assumir as suas.—H.

Os termos da declaração ministerial

O novo govêrno tem por missão resolver um caso de ordem constitucional

PARIS, 11.—A declaração ministerial apresentada hoje ao Parlamento é concebida nos seguintes termos:

«O governo actual constituiu-se tão sómente com o fim de permitir ás Camaras que se pronunciem num debate de ordem constitucional aberto fóra do Parlamento, mas de que só o Parlamento é unico juiz.

«Não temos, pois, que apresentar programa de governo. Direis ou que as leis constitucionais devem continuar intangiveis e acima dos partidos, e neste caso a autoridade do vosso voto indicará aos chefes da maioria saída das eleições no dia 11 de maio, que eles têm o dever de aceitar das mãos do Presidente da Republica o poder que ele lhes oferece e de assumir a responsabilidade dos destinos da França, ou então pelo voto que cada um tomará claramente a responsabilidade.

Se o parlamento não ratificar a sua confiança ao novo govêrno o chefe do Estado tomará a resolução mais conveniente

«Declareis que não aprovais os principios formulados pela mensagem do Presidente da Republica, principios que defendemos perante vós e que são a base da Constituição.

«Neste caso daremos conta do malogro da nossa missão ao Chefe do Estado, o qual tomará então a decisão que daí resultar. Apelamos para a vossa consciencia e razão. O debate deve prosseguir fóra de todo e qualquer equivoco, pois o voto interessa ao futuro do regime e o respeito da legalidade é a garantia das nossas instituições republicanas e a salvaguarda das liberdades publicas.»

As esquerdas não querem tratar com o govêrno da presidencia do sr. Marsal

Depois da leitura dos documentos oficiais, François Marsal aceitou a discussão das interpelações.

O presidente leu então a moção do adiamento, assinada pelos presidentes dos grupos das esquerdas, exprimindo a resolução dos mesmos grupos de não entrarem em relações com o ministerio, que é a negação dos direitos do Parlamento. Reibel censurou ao sr. Herriot o ter provocado a crise politica para obter a demissão do sr. Millerand, cujos direitos e poderes defendeu com eloquencia.

Caminha-se para a ditadura?

Fazendo uso da palavra, Marsal disse que tanto as esquerdas como os seus colegas têm que explicar o que consideram como um dever a missão que o Chefe de Estado lhes confiou. Manifestou a sua surpreza por ver que a maioria apresentou a moção de adiamento, pois os signatarios sabem que os membros do anterior gabinete estavam prontos a cederem as pastas aos eleitos da esquerda e que já hoje se não trata da questão de governo. Mostrou o perigo que haveria em se entrar na via para que a Camara é convidada a entrar; isso seria caminhar para uma assembleia unica, para a ditadura.

A campanha contra o sr. Millerand é uma vingança dos comunistas?

Marsal dis que a campanha anti-constitucional contra o sr. Millerand é de origem comunista, e é uma vingança contra o sr. Millerand que presidiu ao conselho de ministros em 1919, sendo a sua iniciativa devida aos jornalistas que querem dar satisfação a um governo estrangeiro. Violentamente interrompido pelas esquerdas, principalmente pelos comunistas, o sr. Marsal concluiu por

*

(Continúa na 2ª pagina)

EUROMILHÕES SORTEIO: 047/2024
CHAVE: 7-15-34-45-48 + 7-9
NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Luís Filipe Vieira e SAD do Benfica vão a julgamento

'SACO AZUL' A decisão foi confirmada pelo juiz de instrução, que considera que podem ter existido crimes de fraude fiscal e de falsificação de documento.

Benfica SAD, Benfica Estádio, o ex-presidente Luís Filipe Vieira e os antigos administradores Domingos Soares de Oliveira e Miguel Moreira foram ontem pronunciados a julgamento na leitura da decisão instrutória do processo Saco Azul.

No Tribunal de Instrução Criminal, em Lisboa, o juiz Jorge Bernardes de Melo procedeu à leitura não integral, mas prolongada, de um documento de 50 páginas com a decisão do tribunal, que entendeu levar todos os arguidos a julgamento numa data a designar.

Assim, o tribunal corrobora, na íntegra, a acusação do Ministério Público, que imputou aos arguidos Luís Filipe Vieira, Domingos Soares de Oliveira e Miguel Moreira um total de três crimes de fraude fiscal qualificada e 19 crimes de falsificação de documento.

Estes crimes são imputados em coautoria com a empresa QuestãoFlexível e o arguido José Bernardes, enquanto a SAD do Benfica foi pronunciada em dois crimes de fraude fiscal e a Benfica Estádio num crime de fraude fiscal e 19 de falsificação de documento.

De acordo com o juiz de instrução, "os arguidos não forneceram informações credíveis na fase de inquérito" e tinham "plena consciência das faturas emitidas pela aparente prestação de serviços", podendo ser "altamente provável a condenação dos arguidos".

Reagindo à decisão do juiz, o advogado da Benfica SAD, João Medeiros, disse não estar à espera e clarificou: "Os arguidos vão a julgamento por crimes de fraude fiscal e falsificação de documentos. Nada tem a ver com a questão do saco azul."

Num comunicado assinado também por mais dois dos advogados, Paulo Saragoça da Matta e Rui Patrício, a defesa da SAD encarnada refere que o juiz "não acolheu os argumentos apresentados" e, com isso, "desvalorizou toda a abundante prova produzida em sede de instrução, optando por dar primazia a alguma prova recolhida durante o inquérito e, mesmo quanto a essa, só valorizando indícios num sentido e desvalorizando os outros".

DN com LUSA

Filho de Biden condenado pelas acusações sobre armas

O filho do presidente dos Estados Unidos, Hunter Biden (na foto), foi condenado pelos três crimes de que era acusado, num julgamento federal sobre posse de armas no Estado norte-americano de Delaware. O júri considerou Hunter Biden culpado de ter mentido a um comerciante de armas com licença federal, de ter feito uma declaração falsa no formulário que preencheu, afirmando não ser consumidor de drogas, e de ter mantido ilegalmente a arma durante 11 dias. Enquanto o veredicto era lido, o filho do presidente Joe Biden manteve sempre o olhar fixo em frente e não revelou qualquer emoção.

ANNA MONEYMAKER/GETTY IMAGES/AFP

BREVES

Metro de Lisboa prolonga serviço de duas linhas nos Santos Populares

O Metropolitano de Lisboa vai prolongar, na noite de Santo António, de hoje para amanhã, o serviço nas linhas Azul e Verde, até às 3h00, na maioria das estações, informou a empresa. "A celebração do santo mais popular da cidade de Lisboa está de volta e, numa das noites mais movimentadas do ano, com a disponibilidade demonstrada pelos trabalhadores do metro", vão manter-se abertas as linhas Azul e Verde até às 3h00, avançou a transportadora no seu *site*. Também na rede social X (antigo Twitter), a empresa explicou que "de 12 para 13 de junho o prolongamento do serviço" far-se-á "com comboios de seis carruagens" até às 3h00 nas linhas Azul, entre a Reboleira e Santa Apolónia, com exceção das estações Avenida, Alfornelos, Alto dos Moinhos, Praça de Espanha e Parque (encerram à 1h00), e Verde, entre Telheiras e Cais do Sodré, excetuando Roma, Arroios e Intendente (fecham à 1h00). As linhas Amarela (Odivelas-Rato) e Vermelha (Aeroporto-São Sebastião) funcionarão com o serviço normal de exploração, com as estações a encerrarem à 1h00, acrescentou o Metropolitano. Normalmente, o metro funciona entre as 6h30 e a 1h00.

Caso das gémeas. Marcelo quer conhecer iniciativas para "ponderar" posição

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse que só depois de conhecer as iniciativas do Parlamento e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o caso das gémeas luso-brasileiras é que vai "ponderar" a sua posição. Questionado em Genebra, à margem das comemorações do 10 de Junho, que este ano decorrem na Suíça, sobre se vai responder à CPI, Marcelo, que por diversas vezes indicara que não se pronunciaria "sobre qualquer iniciativa partidária, dentro ou fora da Assembleia da República", até às eleições de domingo para o Parlamento Europeu, constatou que "já passou o período eleitoral", mas pouco adiantou. "É muito simples: agora que já passou o período eleitoral a minha posição, naturalmente, é esperar por aquilo que sejam as iniciativas do Parlamento e da Comissão Parlamentar de Inquérito e depois tomar a posição em função delas. Só posso ponderar depois de saber aquilo que vou ponderar", começou por dizer. Face à insistência dos jornalistas, o chefe de Estado reiterou que se trata de uma questão que só ponderará "depois de haver a iniciativa que justifica essa ponderação", acrescentando que "a iniciativa é a iniciativa, naturalmente, que resulta do trabalho desenvolvido e das solicitações feitas pelo próprio Parlamento".

Conselho de Administração - Marco Belo Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Manuel Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro e Mafalda Campos Forte **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt